



Anais da Assembléia

Nº 100

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 09 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 146ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 1975 TERÇA - FEIRA

Presidência do Senhor Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e Adalberto Daros.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Enéas Faria, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, João Cioni Neto e Luiz Roberto Soares (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.—
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 110/75, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n. 20/74, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, que dispõe na forma que estabelece, sobre o valor dos auxílios devidos pelo IPE, aos conjuges funcionários públicos quando ambos são contribuintes. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto.— Encerrada a discussão. Em votação. **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 116/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 147ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 1975

TERÇA - FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Enéas Faria, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, João Cioni Neto e Luiz Roberto Soares. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.—

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Senhor OSIRIS RAMIRO DE ASSIS, no qual comunica haver sido eleita e empossada a Nova Mesa Diretora da Associação dos Servidores Municipais de Paranavai-Pr., "ASEMPAR", para o biênio 1975/76.— **Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.**

TELEGRAMA:

Do Senhor NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, nos seguintes termos:

AGRADEÇO HONROSO CONVITE ASSISTIR SESSÃO SOLENE ENTREGA DE CIDADANIA AOS MINISTROS. MOZART VICTOR RUSSOMANO ET CEL WASHINGTON MAVIJANTE DE SOSA BERMUDEZ VG INFELISMENTE RECEBEMOS COM ATRASO PT SDS.

Ao conhecimento da Casa.

Do Sr. Mozart Victor Mussumano, Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho nos seguintes termos:

REITERO POR ESTE MEIO MEUS PROFUNDOS AGRADECIMENTOS PELA HONRA QUE ESSA ASSEMBLÉIA ME CONCEDEU. PEÇO VOSSÊNCIA TRANSMITA A TODOS OS SENHORES DEPUTADOS MINHA MENSAGEM, DO MAIS ALTO APREÇO E QUE RECEBA MINHAS CORDIAIS SAUDAÇÕES.— Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

TELEGRAMA:

Of. 190/75

Senhor Presidente.

Curitiba, 28 de agosto de 1975.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 77/

75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 2º, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 204/69, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a adquirir através da Secretaria da Agricultura, 300 (trezentas unidades de trator, com as características que especifica, para revenda, com financiamento em prazo mínimo de sete anos, aos municípios, cooperativas e agricultores, segundo as necessidades das regiões geo-econômicas do Estado.

3. Tratando-se de Plano de Lei que dispõe sobre matéria financeira, em que a iniciativa para tal, tivesse partido do Poder Executivo, a negativa de sanção decorre da disposição expressa no § 1º letra a, do art. 25, da Constituição Estadual, onde é dada ao Governador do Estado a competência exclusiva para a propositura de lei dessa natureza.

4. Por outro lado, vale ressaltar que os órgãos competentes da Secretaria da Agricultura foram ouvidos e se manifestaram considerando a medida inoportuna e contrária aos interesses da Administração, não só pelo vulto do investimento financeiro, para o qual não há disponibilidade orçamentária, como também pela forma e condições do pretendido financiamento a terceiros.

5. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

Of. 191/75

Curitiba, 28 de agosto de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício n.78/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.41/74, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Dispõe o autógrafo sobre a construção, através da Secretaria de Obras Públicas, de prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Francisco Beltrão, 8º Distrito Sanitário, na sede do Município de Francisco Beltrão.

3. A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política e Estadual, que conferem ao Governador do Estado a competência para a iniciativa de leis cuja execução, crie, aumente ou autorize despesa pública.

4. Por outro lado vale ressaltar que o veto apostado em razão dos imperativos constitucionais citados não impede que o assunto, que independe de lei específica, seja oportunamente examinado pelos órgãos competentes da Administração.

5. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:-

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, e após ouvido o plenário, requer o registro na ata dos trabalhos da sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento na cidade de Mococa, São Paulo, do Sr. PAULO SCARDAZZI.

O extinto era progenitor do Sr. Dr. Waldemar Scardazzi, MD. Prefeito Municipal de Sertaneja.

Requer outrossim, após a aprovação da presente, se dê conhecimento à família enlutada através de expediente desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, a consignação em ata dos presentes trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento em data de primeiro do corrente, na cidade de Ponta Grossa, da Sra. ROSALINA NASCIMENTO.

A extinta era pessoa grandemente relacionada e, com o seu falecimento consternou a sociedade pontagrossense.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01 de Setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento dos Srs. LEOPOLDO TULESKI e FRANCISCO SFENDRICK, ocorrido no dia 28/8/75, em Tomaz Coelho município de Araucária.

Solicita, outrossim, sendo aprovado o presente requerimento, seja cientificada a família TULESKI, na pessoa do Sr. Aldo Tuleski e a família SFENDRICK, nas pessoas dos Srs. Pedro Sfendrick e Victor Sfendrick.

Sala das Sessões, em 01 de Setembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por Lei, requer após ouvido o plenário, se digne esta Assembléia a consignar votos de pesar pelo passamento de Dona MARIA DA GRAÇA DE SOUZA TREVISAN, ocorrido no dia dois próximo passado.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dona MARIA DA GRAÇA DE SOUZA TREVISAN, falecida nesta Capital no dia dois do corrente mês, foi uma extremada esposa e mãe, durante a sua estada na face da terra, companhia exemplar de seu cônjuge, VENÂNCIO TREVISAN NETTO, comerciante estabelecido a Av. Manoel Ribas, 1489, bairro das Mercês, a mais de trinta anos, revestidos da mais alta dignidade e de mãos dadas ao trabalho de cada dia, souberam juntos dignificar a numerosa família, composta de 12 filhos e 15 netos, honrando de tal forma a sociedade local, com dignidade e o respeito que sempre deram e mereceram. Daí a justificativa deste nosso requerimento.

Requer ainda, aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que infra-subscrevém, usando de suas prerrogativas regimentais, e mediante o respaldo do plenário, requerem a inserção em ata dos trabalhos desta casa um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO VENDRAMIN, ocorrido no último dia 06 do corrente, em acidente automobilístico.

O extinto residia desde os primeiros dias da colonização da cidade de Paranavai, onde pela luta desbravadora e pioneira obteve sucesso em seus empreendimentos, especialmente como pecuaristas e agricultor. Sua luta dos anos jovens prosseguiu atualmente no Mato Grosso, onde a morte veio colher prematuramente esse admirável colonizador.

Antonio Vendramim apesar de não exercer cargos eletivos, sempre participou ativamente da vida pública e social de sua cidade, onde gozava de grande amizade e respeito.

A sua morte consternou a cidade de Paranavai, quer pela drasticidade com que veio, quer pela simpatia que aureolava a pessoa do extinto.

Os signatários requerem outrossim, quer da deliberação desta Casa seja dado ciência à família enlutada na pessoa de sua esposa e filhos, residentes em Paranavai.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO
WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer a esta Casa, após ouvido o plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, voto de louvor ao Batalhão de Controle de Tráfego da Polícia Militar do Paraná, pela acerta de remodelação no controle do tráfego no centro de nossa capital.

Aplaudimos as medidas tomadas pelo Comando do Batalhão de Controle do Tráfego, pela nova sistemática adotada com relação ao controle do tráfego, dando assim, maior segurança aos motoristas e a tranquilidade necessária a todos os pedestres que circulam no centro da cidade. Louvamos o trabalho que vem sendo executado e que exigiu um longo treinamento por parte dos policiais e ainda uma atenção muito grande na execução de seu trabalho.

Requer outrossim, que da decisão do plenário, dê-se ciência ao Comando do Batalhão de Controle do Tráfego e Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após consulta ao plenário, requer sejam inseridos votos de congratulações, pela passagem do "Dia do Médico Veterinário", bem como oficiado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, cumprimentando a eleição da nova Diretoria eleita.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

a) NILSO SQUAREZZI.

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje no Brasil, o Dia do Médico Veterinário. Exatamente há 64 anos foi instalada a primeira Escola de

Veterinária do Exército, e a partir daí, o Brasil auferiu vantagens incomuns com o trabalho incansável, e denodado desta classe de brasileiros.

Embora não atinjam os cinco mil, são os Médico-Veterinários os responsáveis diretos pelos extraordinários progressos que a zootécnica vem conseguindo no Brasil. Além disso, justifica-se a proposição, eis que é necessário despertar nossos brasileiros para esta missão de cunho eminentemente social e patriótico.

Esquecido pela comunidade e não raras vezes ocupando um posicionamento não digno da sua fundamental importância na economia e saúde humana, mister é que se preste homenagem a esta classe, pois além de merecer, receberá como estímulo de apoio que pretendemos prestar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer, com a aprovação do plenário, voto de congratulações desta Casa aos diretores e funcionários da TELEVISÃO CULTURA CANAL 8, da cidade de Maringá, que no último dia 30, lançou, oficialmente, sua programação.

Credora da reverência desta Casa, não tão somente por emitir sinal da grandiosa Comunidade Maringaense, irmanando uma região de quatro milhões de habitantes; a TV CULTURA DE MARINGÁ representa o mais importante instrumento de serviços da região de maior importância dentro do contexto sócio-econômico do Paraná, a região polarizada por Maringá, composta por mais de 120 municípios.

Com moderníssima aparelhagem a TV CULTURA DE MARINGÁ, portando antena, aparelhagem de impulso, sincronismo, geradores de sinais, câmeras e telecine "sui generis"; está operando com 33 (trinta e três) quilowatts, a maior potência em televisão do Estado.

Ao aplaudir a TV CULTURA DE MARINGÁ, esta Casa consagra a própria gente maringaense, pelo extraordinário evento.

Nas próprias palavras do Sr. SAMUEL SILVEIRA, diretor superintendente da Emissora, está definida a importância desta conquista, principalmente para Maringá: "PRETENDEMOS SOBRETUDO ELEVAR O NOME DE MARINGÁ, QUE ATRAVÉS DESTA EMISSORA DE TELEVISÃO, INTEIRAMENTE DOS MARINGAENSES, MOSTRARÁ A TODO O BRASIL, ATRAVÉS DAS REDES QUE PASSAREMOS A INTEGRAR, A PUJANÇA DE NOSSO POVO, O NOSSO ESPÍRITO PIONEIRO E TUDO DE GRANDE QUE PRODUZ NOSSA REGIÃO".

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No dia 15 de setembro próximo, PONTA GROSSA comemora 152 anos de sua fundação.

Expressivas solenidades estão programadas para tão grata efeméride para a PRINCESA DOS CAMPOS e para o PARANÁ.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência designe uma Comissão de Deputados que represente esta Assembléia nas comemorações aludidas.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Diretor do Banco do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Despesa Fixa, o seguinte:

- a) Em meses passados, por erro de contabilidade dessa instituição bancária, foram pagos aos Srs. Professores Estaduais, uma diferença maior àquela de direito.
- b) Constatado isto, a direção do Banco mandou bloquear as contas desses professores, causando um sério transtorno no orçamento de custeio de cada um.
- c) Todos os professores, indistintamente, concordam em repor as quantias pagas acima de seus direitos.
- d) Pagamentos estes feitos parceladamente de acordo com seus vencimentos.
- e) Com o bloqueamento de suas contas bancárias e a reposição imediata torna-se impossível e impraticável essa restituição.
- f) Acreditando no alto espírito humano e administrativo do Exmo. Sr. Diretor do Banco do Estado do Paraná, estão os Srs. Professores confiantes em sua determinação que venha de encontro às suas aspirações de seus alcances econômicos.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o douto plenário, requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Ministro da Saúde, Ministro da Previdência Social, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, para que determinem aos órgãos competentes efetuar uma vistoria in loco, ao Hospital Municipal de Iporã, transformando-o em Hospital Regional, tendo em vista que naquela Região urge a instalação deste benefício. Com a instalação, desafogará a vinda de doentes à Capital, à procura de tratamento. Nota-se que os corredores da Assembléia Legislativa vivem lotados de doentes à procura de internamento.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Paraná, como todos os Estados produtores de café, está preocupado em termos de Brasil, com o futuro de nossa cafeicultura. Não o preocupa, segundo opinião generalizada, incentivos em áreas onde sempre não se preocupavam em plantar cafeeiros. O importante é o aproveitamento de todas as áreas. O "fenômeno" geada criou um impacto muito grande, gerando como até seria muito natural, versões das mais variadas. Alguns procurando de certa forma dar maior veemência nas posições que adotaram. Outros preocupados em conhecer com detalhes todos os fatos que vem sendo abordados no após geada. Mas na verdade existe em todos os paranaenses uma grande realidade quando procuram dissipar dúvidas, procurando a verdade pura e cristalina, a fim de melhor se situar perante o problema.

É pensando dessa forma que temos o grande interesse em conhecer o pensamento do Presidente do IBC, quando na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, proferiu discurso a respeito da cafeicultura brasileira.

Por isso, e dentro das normas que regem nosso Regimento Interno, requero que esta Casa, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Deputado Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, solicitando por especial gentileza o envio do inteiro teor do discurso de S. Exa. Camilo Callazans, DD. Presidente do IBC, proferido naquela augusta Casa.

Solicito ainda, que para maior brevidade seja também o pedido formulado por telefone.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

1. O intenso movimento de veículos no trecho Areia Branca - São Bento do Sul (SC).
2. Que, a referida estrada foi construída há muitos anos, obedecendo traçado originalmente trilhado pelos pioneiros, e como consequência, deixando atualmente muito a desejar:
3. Que, por outro lado, graças aos esforços desenvolvidos pela Prefeitura de Rio Negro, foi construída e retificada, agora, estrada ligando o município catarinense de Rio Negrinho até o Distrito de Lajeado (RN.PT), numa distância de 12 km, dentro da mais moderna técnica, com leito de 12 metros, o qual, encurtará a distância do trecho referido no item 1, e aproximadamente, 42 km, via município de Piên:
4. Que, além de beneficiar os moradores da região a estrada favorecerá o desenvolvimento do sub-Distrito Industrial de Rio Negro, localizado em Lajeado, já em fase embrionária de formação bem como se constituía em excelente via de escoamento da produção regional dos dois Estados.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofícios aos Exmos. Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, solicitando que se dignem determinar os estudos necessários no sentido de promover o asfaltamento do trecho paranaense entre Rio Negrinho e Lajeado, bem como as retificações necessárias dali até Areia Branca dos Assis.

Oficiosamente, este Deputado pode informar que a Prefeitura Municipal de Rio Negro, concretizada a pretensão aqui aludida, reverterá ao patrimônio estadual os direitos de domínio da rodovia.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que seja construído, com a máxima urgência, o novo prédio do Colégio Basílio Itiberê, localizado na zona dois (2) da cidade, de Maringá.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Basílio Itiberê da cidade de Maringá, está funcionando em condições precaríssimas, em péssimo estado de conservação, sem oferecer as mínimas condições para um funcionamento normal. Existem informações, vindas da parte do professor Midufo Wada, ilustre vereador de Maringá, que o projeto da nova construção já está pronto, faltando apenas que o mesmo seja aprovado para que, as obras tenham início, estando sendo retardado por motivos, apenas da ordem burocrática. Trata-se de um colégio que serve a uma, das zonas residenciais mais populosas da cidade e que, a despeito da dedicação de seus dirigentes, está semi-abandonado pelas autoridades do ensino, e em péssimas condições, caindo aos pedaços conforme denúncias em o editorial de "O Jornal de Maringá", de 29 pp.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a abertura de uma con-

cia daquele estabelecimento oficial de crédito, na Vila Operária de Maringá.

JUSTIFICATIVA:

A importância sócio-econômica da Vila Operária de Maringá, está a se fazer sentir desde os primórdios da fundação da cidade. Hoje, a Vila Operária, pela pujança de seu comércio, constituída em sua maioria por estabelecimentos dirigidos por pioneiros maringaenses, pela localização, estando entre o centro e a zona industrial da cidade; pela grande expressão demográfica, constituindo-se no principal bairro residencial de Maringá, enfim, tem a Vila Operária, uma vida própria e independente, e está sua população a exigir a instalação de uma agência bancária. Nada mais justo, que na presente fase de expansão de nosso estabelecimento oficial de crédito, seja também a Vila Operária de Maringá, incluída entre as localidades beneficiadas com a presença de uma de suas agências.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, apelo no sentido de que sejam arquivadas todos e quaisquer processos em tramitação referentes a alienação de terras devolutas, situadas na vertente atlântica, da Serra do Mar, a saber — Serra do Capivari Grande, Serra dos Órgãos, Serra da Graciosa, Serra da Igreja, Serra da Prata, Serra dos Castelhanos ou Araraquara, bem como se proíba a alienação de terras devolutas, a título gratuito ou oneroso, na região, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Estando para ser criado o Parque do Marumby, a abranger parte da Serra do Mar paranaense, seria um contra-senso se prosseguir na titulação de áreas devolutas. Se se quer no local um parque público de reserva biológica é de segurança se preservar, no maior grau possível, virgem, a reserva da vertente atlântica, mesmo porque, pela constituição física das suas terras, não se presta, por excessiva acidez e porosidade, às culturas tradicionais, e uma vez desmatada, torna-se propícia ao fenômeno da erosão, mormente por sua disposição em declives acentuados.

Não se há, portanto, de continuar a configurar o absurdo. Além de imprópria para roças, enquadrada em quase toda sua totalidade, nos 45 graus de declive determinados em lei, e além disso altamente erodível, a área encontra-se na iminência de desapropriação pelo Poder Público. Daí não alcançar razão no se permitir transferência de um domínio que ao Próprio Poder cedente haverá de reverter legalmente em futuro próximo.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando seja autorizada a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, no município de Porto Rico.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a ampliação do Fórum ou compra de um novo prédio na Comarca de Maringá.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente, pela necessidade que se faz há algum tempo, de condições mais adequadas ao trabalho da Justiça na Comarca de Maringá.

O prédio atual já não condiz com as necessidades, encontrando-se as Varas competentes sem lugar para a guarda de processos que se acumulam em virtude do sempre crescente número dos mesmos que diariamente dão entrada nos cartórios.

Há necessidade de ampliação ou compra de um novo prédio que dê melhores condições de trabalho aos Senhores Juizes, Promotores e serventuários da Justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Exmo. Sr. Secretário de Administração, no sentido de providenciar a construção de 4 (quatro) salas de aula no Grupo Escolar "Vicente Machado" de Cianorte, para substituir as atuais pré-fabricadas que constituem perigo aos alunos e professores.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, e Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências no sentido de, no menor prazo possível, seja autorizada a reconstrução do grupo escolar "Visconde de Nacar", de Maringá.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Presidente da República, solicitando seja restabelecida a Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café — IBC, eleita por voto direto dos cafeicultores, com poderes para definir, em conjunto com o governo, a política do café, consoante a Lei número 1779/52.

Tal decisão, irá assegurar o clima de confiança indispensável ao bom andamento dos negócios da cafeicultura.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, para que o mes-

mo atenda, através da instalação do Instituto Médico Legal na cidade de Ponta Grossa, o reclamo de toda a região.

As exumações, bem como as necropsias de cadáveres são feitas em lugares impróprios e inconvenientes tais como: Túmulos, calçadas, enfim em lugares públicos.

Não é admissível que Ponta Grossa apesar dos apelos já feitos, não seja atendida nessa justa e real reivindicação de interesse da comunidade.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Senhor Governador do Estado, para que interceda, pessoalmente, junto à COPEL, para evitar a demissão de trabalhadores da empresa nas cidades do Norte do Paraná, como também em Curitiba, Ponta Grossa e União da Vitória.

Essas demissões, de trabalhadores antigos e idosos, tem um sentido discriminatório e é desumano, de vez que em lugar desses estão sendo admitidos outros. São pais de família jogados ao desemprego e à insegurança pela atual direção da COPEL.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, ouvido o plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Negócios de Fazenda do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

1) — Se os feirantes que integram as "feiras livres", no ramo de: cafézinhos, salgadinhos e refrigerantes, são obrigados a recolherem o Imposto de Circulação de Mercadorias?

2) — Em caso afirmativo, informar qual a Lei e artigos específicos, bem como, esclarecer a sistemática adotada para calcular-se o tributo.

Há informações de que violentações tem ocorrido em Maringá na cobrança de impostos nesta referência. Por esta razão este Parlamentar necessita do pronunciamento oficial do Excelentíssimo Senhor Secretário Jayme Prosdócimo, para propor com Justiça suas opiniões.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, e tendo em vista a freqüente interrupção no fornecimento de energia elétrica à cidade de Palmeira, que, quando não a deixa às escuras durante a noite, até o dia seguinte, tal como ocorreu no último dia 30, ocorre durante o dia, com prejuízos às indústrias e ao comércio, sem qualquer satisfação aos usuários, devendo-se acrescentar ainda, a apreensão aos responsáveis pelo Hospital local que desprovido de energia, tem os seus trabalhos de atendimentos aos enfermos prejudicados, especialmente quando se trata de caso urgente;

tendo em vista, finalmente, que tal fato vem causando justa insatisfação ao povo; requer, a V. Exa., que após manifestação do plenário, seja enviado expediente à COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, como protesto pelo desinteresse aos serviços de sua responsabilidade àquela comunicado, apelo no sentido de que haja melhor atenção no fornecimento de energia,

para que não ocorram as interrupções que vem ocorrendo, sem qualquer justificação.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem usando de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o plenário, seja designada uma Comissão constituída de Deputados e Funcionários, para representar a Assembléia Legislativa do Estado, no "I ENCONTRO PARANAENSE DE SUINOCULTURA" que será realizado em Curitiba, entre os dias 24 e 26 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

aa) FUAD NACLI

WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie por intermédio da AMUNPAR ao Exmo. Sr. Presidente da PARANATUR, solicitando seja autorizada a inclusão do Porto São José, distrito de São Pedro do Paraná, como ponto turístico do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

1) — O Porto São José, o mais antigo porto fluvial do estado, tem condições de ser incluído no roteiro turístico da PARANATUR, sua localização defronte das divisas do Estado de Mato Grosso e São Paulo, possibilita aos turistas, freqüentadores da região, o maravilhoso espetáculo de passeiarem com a maior facilidade nas ilhas dos grandes rios Paraná e Paranapanema, onde se descortina deslumbrantes panoramas do chamado fundão do nordeste paranaense.

2) — Ademais, existe no Porto São José o Hotel Arara Vermelha, que oferece as melhores condições de recreamento e estadia, a preços acessíveis ao público.

3) — Existe também uma Balsa a motor, que oferece segurança na travessia do rio Paraná, funcionando dia e noite, inclusive para condução pesada.

4) — Estas as razões do nosso presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Exmo. Sr. Secretário de Administração, no sentido de providenciar os necessários reparos no prédio Escolar denominado "A Unidade Nova" de Cianorte, pois inaugurada a menos de 1 ano, já necessita de URGENTES reparos.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer o encaminhamento, ao Senhor Secretário dos Transportes,

de apelo, no sentido de que Sua Excelência determine providências para que o ônibus da Empresa Princesa dos Campos, que faz a linha Curitiba-Palmeira, com partida diária às 9,45 horas, inclua em seu itinerário a cidade de Porto Amazonas, com tempo de parada suficiente para o embarque e desembarque de passageiros, face a inexistência de transporte coletivo entre esta cidade e a cidade de Palmeira, o que tem causado sérios transtornos, ao povo porto-amazonense que precisa constantemente deslocar-se para Palmeira e vice-versa.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Professor Mário Henrique Simonsen, solicitando que estude a possibilidade de exigir, por ocasião da concessão nas variadas faixas de financiamentos bancários, uma Certidão Negativa de Débitos Municipais, da jurisdição da agência.

JUSTIFICATIVA:

A competência para dispor sobre a POLÍTICA DE CRÉDITO é de União, com exclusividade, conforme dispõe a alínea "1", do inciso XVII, do art. 89, da Constituição Federal. A exclusividade se depreende do texto do Parágrafo Único, do dispositivo, citado quando não concede aos Estados o poder residual, de legislar complementarmente ou subsidiariamente sobre a política de crédito.

A solicitação originada de ofício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, e aprovada pela Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, apela no sentido de que as agências bancárias condicionem a quitação dos tributos municipais para a concessão de financiamentos ou empréstimos e somente pode ser remetida ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, a cuja área administrativa pertence a disciplina legal da matéria.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 110/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá, com sede e foro naquela cidade.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá, é uma entidade que pelos relevantes serviços que vem prestando à população da cidade de Maringá, merece o reconhecimento por parte dos órgãos públicos.

O relatório de suas atividades, bem como a documentação que acompanham o presente projeto, nos dão conta de que os requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, estão preenchidos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 111/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "OBRA DO BERÇO DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1975.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inúmeros e relevantes serviços à população da cidade de Maringá, no setor da assistência à maternidade e à infância.

A documentação que acompanha o presente projeto de Lei bem relata a sua meritória obra, justo, portanto, que haja o reconhecimento pelo Poder Público.

Assim é que esperamos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 112/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É extensivo aos funcionários aposentados em períodos anteriores a 1970, a incorporação aos seus proventos de inatividade, os benefícios previstos no Artigo 140, item III da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa sanar uma lacuna discriminatória existente no Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado (Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970).

O Artigo 140, inciso III, contempla para efeito de aposentadoria os funcionários que tenham exercido por um período não inferior a cinco (5) anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão, ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão, desde que o cargo ou função tenha sido exercido, por um período de 12 meses.

Objetivou o legislador ao estabelecer esse benefício, reconhecer o trabalho desenvolvido por uma minoria de funcionários que, com dedicação exclusiva e empenho, deram tudo de si em benefício do Estado, aos cargos de Chefias e Assessoramentos.

Contudo, como o Estatuto dos Servidores é uma norma geral, e entrou em vigor a partir de 1970, o legislador, ao editá-lo por um lapso, estabeleceu essa discriminação, quando deveria "lato sensu": estender os benefícios a todos os servidores que tivessem prestado serviços na forma do estabelecido do item III, mesmo antes da vigência desse diploma legal.

O presente plano, tem por escopo, corrigir uma injustiça, assegurando dentro da amplitude que é o Estatuto, os benefícios aos que, com o mesmo elan e com a mesma dedicação e espírito de sacrifício, exerceram os cargos ali contemplados.

PROJETO DE LEI Nº 113/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a Escola "Cristo Rei", com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Escola "Cristo Rei", com sede no município de Cândido do Rondon, já declarada de utilidade pública por aquele município, através da Lei nº 1012, de 11 de setembro de 1973, vem contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento educacional daquela região. A cópia dos estatutos que acompanham o presente processo, melhor especificam as suas finalidades, bem como demonstram as condições legais para que se possa ser reconhecida. Assim é que apresentamos o presente projeto, que por certo receberá a acolhida dos nobres pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 114/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a augusta e respeitável "Loja Simbólica Filantrópica Guarapuavana", com sede na cidade de Guarapuava.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima, que se pretende seja declarada de utilidade pública, é uma sociedade civil com personalidade jurídica, com finalidade das práticas filosóficas, da fraternidade universal, entre maçons e da filantropia em geral, objetivando sempre o aprimoramento do indivíduo como elemento e como integrante da sociedade, fazendo observar a obediência às leis do País, a viver com honra e dignidade e procurar por todos os meios fazer justiça, trabalhando sem descanso para a felicidade e progresso do gênero humano. Tem quase meio século de funcionamento, a sua Diretoria não é remunerada e satisfaz todos os requisitos exigidos pelo Decreto nº 50.517, de 02/05/61 e pela Lei número 4.399, de 17/08/61, que regulam a matéria.

Por estes motivos, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estávamos inscritos na última sessão para justificar um pedido que fizemos, a fim de que o discurso de S. Exa. o Presidente do IBC, Camilo Calazans, pronunciado na augusta Casa de Leis da Bahia, viesse às nossas mãos para uma análise melhor de seu conteúdo.

Entretanto, devido aos feriados, só hoje ocupamos esta tribuna. Mas, queremos destacar aqui o alto descortínio do Sr. Presidente e da Mesa Diretora da Casa que considerando o grande interesse que a matéria continha, tomou todas as providências, naquele dia, sob o beneplácito das lideranças da Arena e do MDB.

Nestas condições, estamos com nosso requerimento praticamente chegado à Bahia, através não só do telefonema feito pela Presidência desta Casa, mas também através de ofício também já encaminhado. E estamos aguardando mais alguns dias para que possamos todos nós, de posse daquele conteúdo analisar, com maiores detalhes, o que disse o Presidente do IBC.

(Lendo): "Existe uma preocupação por parte das Associações Rurais com referência à situação dos tratoristas que trabalham no cultivo da terra.

Deseja a Secretaria do Ministério da Previdência e Assistência Social tornar os tratoristas da zona rural em filiados ao INPS. Entendemos que se tal decisão for efetivada, a lavoura ficará mais uma vez sobrecarregada com pesado ônus, uma vez que ele já presta assistência aos seus empregados através da contribuição para o Funrural.

Deve-se observar que, principalmente no Paraná, existe uma área muito grande onde se desenvolve a cultura branca, que dispensa o trabalhador braçal.

A mecanização e a moderna tecnologia aplicada na agricultura acabou por trocar o braço do homem da enxada para o trator. O serviço é praticamente o mesmo e a ninguém é entregue um trator agrícola se não for conhecedor dos problemas da agricultura.

É com ele que se ara, planta, carpe e colhe os produtos. Ontem isso tudo era feito pela enxada.

O homem e o serviço é o mesmo, o que mudou foi o instrumento de uso, isto é, a enxada pelo trator.

O tratorista na realidade é o homem responsável por toda a parte agrícola da propriedade, uma vez que nela já não existe trabalhador rural braçal que não trabalhe com máquinas. A sua vinculação por isso deve estar com o FUNRURAL.

O produtor paga no ato da venda de seu produto, 2,5 por cento sobre a mercadoria que é exatamente para o Funrural.

Pretender-se incluí-lo também como filiado ao INPS, a já onerosa contribuição ao FUNRURAL, não se justificaria.

Faça-se um levantamento na zona rural para verificar que a maioria do trabalhador rural que trabalhava com enxada, trabalha também, hoje, com o trator. Não seria justo agravar-se ainda mais a agricultura pretendendo-se onerá-la com mais encargos para Assistência Social, quando na verdade ela já contribui com ponderável parcela para o mesmo fim".

Este apelo nós vamos fazer dentro de breves dias para a para a autoridade competente, a fim de que a lavoura paranaense e brasileira, já tão sacrificada e tão cheia de problemas, não venha também a arcar com mais este, que será, sem dúvida, de um prejuízo incalculável. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pedimos permissão para ler requerimento de nossa autoria e depois comentá-lo. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Direção do Banco do Estado do Paraná S.A., pela instalação da Agência do Estabelecimento de Crédito na cidade de Morretes.

Apesar de preterido e olvidado nas solenidades de instalação, queremos, crer involuntariamente, com exceção do ilustre Prefeito Municipal de Morretes, Senhor Sidney Antunes de Oliveira, com que a franqueza e a lealdade que lhe são peculiares, em seu discurso referiu-se à nossa pessoa como um dos precursores da reivindicação do povo de Morretes pela criação de uma agência do Banco do Estado do Paraná naquela cidade, uma vez que S. Exa. tinha conhecimento de que o signatário, através desta Casa, em 13 de março do ano em curso, formulou apelo a então Presidência do referido Banco, no sentido da instalação da agência, ora inaugurada, apelo que obteve resposta oficial no dia 31 de março, informando que foram de imediato tomadas medidas preliminares, visando a concessão de carta-patente, junto ao Banco Central do Brasil.

Sem qualquer ressentimento, mas com o propósito de não admitir que "afilhados" seus sejam "batisados" por terceiros, o subscritor não regateia aplausos à iniciativa que redundou em

reais benefícios para o povo do município que procura bem representar.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à Presidência do Banco do Estado do Paraná S.A., acompanhada de cópia do presente requerimento e demais documentos que o instruem.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975".

Na realidade, Sr. Presidente, para mim foi lamentável o fato que ocorreu naquela cidade litorânea, pois que num discurso eminentemente político, o Sr. Presidente do Banco do Estado, que lá estava na condição de Presidente do Banco do Estado do Paraná, facciosamente entendeu que deveria omitir nosso nome, quando se referiu aos Deputados responsáveis pela inauguração daquela agência, citando outros parlamentares, e intencional e dolosamente, omitiu nosso nome.

Ele poderia ter feito discurso na qualidade de Presidente da ARENA, e nunca na condição que o levou àquela cidade, como Presidente do Banco do Estado.

Não estamos sentidos nem magoados, porque aquele cidadão nos merece respeito e admiração e sempre entendemos que ele sabe fazer política, mas, repito, intencionalmente, naquele instante, omitiu nosso nome.

Esse expediente, que pedimos à imprensa, se assim entender, dê publicidade, para que o povo de Morretes, saiba através do ofício que endereçamos a esta Casa em 3 de março, e a resposta de Celso Sabóia em 31 de março, identificando este Deputado como precursor daquela iniciativa.

É muito justo que o Sr. Presidente do Banco do Estado tivesse "puxado a brasa para a sua sardinha". Mas, não é próprio de um homem daquele gabarito. Não estamos aqui para querer que ninguém se associe ou se solidarize com nossas palavras, apenas para que se faça justiça, somente isto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, terceiro orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna neste instante para encaminhar ao exame do Sr. Governador do Estado uma sugestão com relação ao asfalto da estrada Palmeira-Ponta Grossa.

Fazemos sentir ao Sr. Governador, a urgente necessidade de serem feitos os serviços de retificação e pavimentação asfáltica naquele trecho que vem, de certa forma, neste momento, desafogar o tráfego do trecho Spréa-Ponta Grossa.

Afora este aspecto, salientamos outro, de muita importância e que deve ser estudado com carinho. É aquele que diz respeito a demora na execução da obra se fosse feita a segunda pista Spréa-Ponta Grossa. Nesse trecho haverá necessidade, sem dúvida alguma, de obras de importância, obras de arte, até de grande dispêndio, devido à condição do terreno que é bastante acidentado, enquanto que Palmeira-Ponta Grossa, todo o terreno é propício, e existe uma pista em condições, praticamente em muitos trechos, de ser aproveitada para a pavimentação asfáltica.

Neste ponto salientamos ao Sr. Governador que o trecho Palmeira-Ponta Grossa, hoje, conta com apenas 30 quilômetros, enquanto que uma segunda pista de Spréa-Ponta Grossa, acredito, ascende a 70 quilômetros. Seria, sem dúvida, um grande dispêndio, neste momento, para o Estado, e em razão da grande demora, não há possibilidade de se esperar mais.

Nestas condições, queremos enviar ao Exmo. Sr. Governador do Estado uma sugestão para a qual pedimos o apoio dos eminentes colegas e me permito ler a mesma. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental,

considerando que, o tráfego Ponta-Grossa-Curitiba está se tornando cada vez mais difícil e, como consequência da sua

intensidade e congestionamento, urge de imediato a duplicação da pista, por todas as razões já sobrejamente conhecidas; entretanto,

que, os trabalhos de duplicação da pista Curitiba-Spréa estão se processando em ritmo acelerado;

que, a duplicação da pista Spréa-Ponta Grossa é obra demorada e dispendiosa, pela distância e obras de arte, inevitáveis para sua consecução;

que, existe já o asfalto Spréa-Palmeira;

que, do trajeto Spréa-Palmeira-Ponta Grossa e Spréa-Ponta Grossa, existe uma pequena diferença e que já está suprimida pelo asfalto-trevo Ponta Grossa-Aeroporto;

que, a situação do terreno Palmeira-Ponta Grossa, não requer qualquer obra de maior importância, aproveitando-se a estrada já existente, sem sacrificar a população, nem haverá necessidade de indenização de qualquer área de terra, com a adoção do plano de lei proposto e aprovado pela Casa;

que, a estrada Palmeira-Ponta Grossa, uma vez asfaltada dispensará a duplicação da pista Spréa-Ponta Grossa, vindo desafogar o trânsito nesse trecho, com vantagens de custo e rapidez como está a exigir o momento presente;

Finalmente, afora todos os aspectos, é premente execução dos serviços de retificação e pavimentação da estrada Palmeira-Ponta Grossa em caráter prioritário, como artéria indispensável de interligação não só das duas cidades, mas também com a região Sul do Estado, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Jayme Canet Junior, no sentido de determinar a retificação e pavimentação asfáltica da estrada Palmeira-Ponta Grossa, como melhor e pronta solução ao desafogamento do tráfego Spréa-Ponta Grossa, vindo, por outro lado, atender a velha e justa aspiração de Palmeira.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975".

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quarto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente tivemos a grata satisfação de dialogarmos com Sua Excelência o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, juntamente com o Líder do Governo, relativamente a questões de funcionalismo, que nos parece, em breve, tomará um rumo consentâneo de justiça para com o funcionalismo, de modo mais amplo.

Entretanto, de outra parte, relativamente a mesma questão funcionários, a serventes de modo específico, serventes de grupos e de escolas, muitas das quais tem nos procurado para reclamar a questão de direito consagrada pela Carta Maior do Estado, que preceitua em seu artigo 78:

"Os funcionários públicos não poderão perceber vencimentos inferiores ao salário mínimo fixado para a Capital do Estado".

Nas duas hipóteses, mesmo que se trate de pessoa ligada ao serviço público pelo regime do funcionalismo, do quadro do Estado ou então pela regência da Consolidação das Leis do Trabalho, não se admite e nem se permite que qualquer pessoa que preste serviços à administração pública ou mesmo à administração privada, perceba salário-mínimo inferior ao mínimo regional estabelecido por lei.

Entretanto, ocorre que própria Legislação Maior, a própria Constituição e a própria Declaração Universal dos Direitos dos Homens, estabelece que a pessoa tem que ter uma vida condigna e compatível com as necessidades humanas e isso não é de agora. As Constituições de todas as nações democráticas têm conceituado estes virtuais direitos adquiridos e mesmo reclamados até por instituições que antecipam as repúblicas e aí está

um estudo feito por S. Thomas de Aquino na Sûmula Teológica, considerando a necessidade da remuneração dos serviços prestados. Entretanto, transposta a História pelas conquistas de vários regimes através da evolução histórica, chegamos aos regimes constitucionais e, constantemente, ao sermos empossados como mandatários de representação popular, observamos que, de uma forma, embora estranha ao processo democrático, pelo menos o tradicional, põe-se no Governo homens que declararam e juraram respeitar a Constituição e promover o bem. Ora, se S. Exa., diga-se mais amplamente, se o Governo se declara inclinado a respeitar a Constituição Estadual implicitamente e expressamente se condicionou a observar todos os méritos, e não há motivo para negar isto, deve atender o disposto no Artigo 78, que acabo de ler. Recentemente, eu disse, tenho recebido reclamações de funcionários, principalmente de serventes que vêm reclamando, inclusive por requerimento, que não estão ganhando ou percebendo um salário compatível com a vida humana.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao orador que está esgotado o seu tempo regimental e concede mais um minuto para que possa concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a S. Exa. e esse minuto é muito valioso principalmente em se tratando de direito do funcionalismo público. Aí está, então, apenas um exemplo e gostaria de declarar que em Querência do Norte, Dna. Maria Braga, que não tive o prazer de conhecer, funcionário de um grupo escolar há 10 anos e aqui está a prova, ganha 190 cruzeiros e 90 centavos e desconta de Ipe 15 por cento aproximadamente. Vale dizer 29 cruzeiros e 66 centavos e mais 6 do seguro, então, Sr. Presidente, verifica-se a disparidade de tratamento de funcionários. É preciso que se observe a questão mínima dos direitos humanos. É preciso que se respeite este preceito constitucional e é neste sentido que faço um apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Recursos Humanos que tem coroada de êxito as nossas gestões pela consciência, pelo entendimento, pelo diálogo que temos obtido a respeito sobretudo da questão dos direitos do funcionalismo público do Estado. Fica aqui uma lembrança e um apelo a S. Exa., para determinar o cumprimento do artigo 78 da Constituição por ele jurada e também. E é através desta manifestação pública que nos vimos pedir e exigir como detentores de mandato eletivo por voto universal e direito, que S. Exa. recebendo indiretamente, também indiretamente o cumprimento da lei, fazendo esta reclamação em nome daquele que está à espreita de um tratamento justo e melhor. Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Losso, quinto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A data de ontem foi significativa aos 600 médicos veterinários radicados no Paraná, pois se comemorou o dia que lhes é dedicado.

A importante profissão regulada pelo Decreto-Lei n.5517 de 3 de outubro de 68, tem marcado sua presença em nosso Estado, na busca do desenvolvimento pleno.

Atualmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contam-se 22 escolas de graduação, da especialidade no Brasil; duas das quais organizam-se em terras paranaenses. Uma em Curitiba, da Universidade Federal do Paraná e outra cidade de Londrina.

A primeira turma de médicos veterinários formada em 1934, pela antiga Escola Agrônômica do Paraná, teve seis graduandos apenas.

Nos anos seguintes, até a década iniciada em 1960, a média de formados foi inferior a uma dezena. Desde este ano, porém, foi crescente os interesses especialmente entre os jovens, para a profissão ascendendo a 696 o número de egressos do curso mantido pela Universidade Federal do Paraná.

O dinamismo do atual Presidente, reeleito, do Conselho de Medicina Veterinária do Paraná, Professor José Daniel Van Der Brooche Filho, acompanhado dos dinâmicos diretores, deste mes-

mo órgão de classe tem proporcionado novas perspectivas aos profissionais.

Na verdade, Sr. Presidente, a contribuição do médico veterinário é deveras importante para que as atividades da nossa pecuária tenham melhores resultados, sem prejuízo à saúde do povo que também é protegida pela atuação daquele profissional no cuidado da saúde dos animais domésticos.

Não menos importante, Srs. Deputados, já as pesquisas desenvolvidas pelo médico veterinário através das mesmas, centenas de fórmulas e técnicas novas, foram obtidas que são hoje preparadas e aperfeiçoadas.

Por estas razões, Sr. Presidente, propomos à Casa o requerimento que passamos a ler. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, a inserção em ata dos trabalhos da Casa, um voto de regozijo pelo transcurso do “Dia do Médico Veterinário”, assinalado em data de ontem.

A operosa profissional classe, em nosso Estado liderada com brilhantismo pelo Professor José Daniel Van Der Brooche Filho, tem efetivamente contribuído para o progresso econômico e preservação da saúde do povo, especialmente com a aplicação de seus conhecimentos à pecuária.

Requer, ainda, se aprovado o presente requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1975.”

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, sexto orador inscrito.

O SR. WALDENICIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há cinco minutos atrás ouvimos o ilustre deputado Fidelcino Tolentino afirmar que necessário seria que fossem respeitados os preceitos constitucionais. Quando teremos nós esta felicidade de ver respeitada a lei na época atual, quando predominam as leis de exceção?

Saudosista ou estou me declarando porque até parece que estamos revivendo épocas passadas. Lei? ora... a Lei, Constituição, e por que não dizer... Justiça? ora... a Justiça.

Sr. Presidente, o artigo 151 do Código Penal está assim redigido: “Promover ou facilitar fuga de pessoas legalmente presas ou submetidas a medidas de segurança...”

Pena — detenção de seis meses a dois anos”.

“A pena é de reclusão por quatro anos se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou internado.”

A “Folha de Londrina” de hoje dá notícia de um crime bárbaro praticado na pacata cidade de Sto. Antonio do Caiuá, em nossa região, que fica a uma distância de 50 km, da cidade de Paranavaí.

Wilson Sazaki, filho de japoneses, veio para aquela cidade há longa data. Fazendeiro, agricultor, pecuarista, comerciante, político, homem de conceito elogiável no meio social onde vive, foi vítima de bárbaro crime por parte da Polícia do Estado do Paraná.

Aqui está a notícia publicada na “Folha de Londrina”: Wilson Sazaki, ex-candidato a prefeito em Santo Antônio do Caiuá, pelo MDB, encontra-se internado no Hospital Santa Rita, de Maringá, gravemente ferido. No domingo à tarde, quando deixava o campo de futebol de Sto. Antonio do Caiuá, após disputar uma partida pelo seu clube, foi atingido, à queima-roupa, por quatro disparos de revólver feitos pelo soldado Luiz da Costa Ferreira, da Polícia Militar, por razões ainda desconhecidas.

Após tentar contra a vida de Sazaki, o policial foi perseguido pelas pessoas que se encontravam no campo, indo escon-

der-se numa oficina, de onde foi retirado pelo delegado local, sargento Eloir Santi, que o colocou numa viatura de Polícia e anunciou aos populares que o conduziria ao 8º Batalhão Policial Militar de Paranavaí. Entretanto, à noite, o Delegado apresentou-se nesta cidade sem o prisioneiro, dizendo ao comandante da corporação, coronel Alfredo Bordin, ter ele escapado durante a viagem.

Bordin seguiu ontem à tarde para Sto. Antônio do Caiuá, a fim de apurar os fatos e inquérito policial deverá ser instaurado pela Delegacia de Paraíso do Norte, conforme instruções do titular da Subdivisão Policial de Paranavaí, Eloir Pagliani.

Sr. Presidente, em razão dos fatos, aqui está um requerimento de nossa autoria, com o seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhada a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, solicitação para que, através da Secretaria de Segurança Pública, seja designado um Delegado Especial para presidir o Inquérito a ser instaurado para apurar responsabilidades na tentativa de homicídio contra o Sr. Wilson Sazaki, agricultor, pecuarista, comerciante, cidadão de notório conceito social e político da cidade de Sto. Antônio do Caiuá, por parte do soldado da Polícia Militar, Luiz Costa da Silva - vulgo Luizão - do destacamento militar daquela cidade.

O fato criminoso aconteceu no dia 7 às 17,00 horas. A vítima havia participado de um jogo de futebol sem qualquer anormalidade e no portão de saída, foi surpreendida pelos disparos do assassino que sem motivo acionou o seu revólver cinco vezes conceituadas, atingindo a vítima que se encontra hospitalizada em Maringá, em estado desesperador.

Em seguida aos disparos, a população estarecida e revoltada, cercou o criminoso, impedindo a sua fuga, até que minutos após chegava ao local o Delegado da cidade, sargento Eloir Santini, que assumindo a responsabilidade da prisão do criminoso, em companhia do soldado José Francisco de Souza, prometeu aos populares conduzi-lo a cidade de Paranavaí.

Acontece, porém, que indignada se encontra a população de Sto. Antônio do Caiuá, não somente em razão do crime em si praticado, sem motivo, mas também, porque ao destino prometido não chegou o soldado criminoso, alegando o Delegado e seu auxiliar, que o mesmo conseguira evadir-se no percurso Sto. Antônio do Caiuá - Paranavaí.

Comprometido pois, com o fato delituoso, estão o delegado Eloir Santini e o soldado José Francisco de Souza. Contra os mesmos deve ser igualmente instaurado o competente inquérito. Para isso é que solicitamos a designação de um Delegado Especial, inteiramente afastado do lamentável acontecimento, a fim de que, afinal seja apurada, também a responsabilidade criminal dos que têm sobre seus ombros a difícil missão de zelar pela tranquilidade pública.

Sala das Sessões, em 09 de Setembro de 1975.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os meus votos de que a Lei seja cumprida e que se faça justiça.—(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, sétimo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes, o eminente Deputado Ezequias Losso propôs à Casa um voto de congratulações pela passagem do Dia do Médico-Veterinário.

De nossa parte, e representando nossa bancada, sentimos a necessidade de aqui comparecer para ratificar a argumentação daquele eminente Deputado, e deixar constando nos Anais da Casa algumas palavras de elogios a esta honrosa classe. (Lendo):

“Exatamente a sessenta e quatro anos instalava-se na cidade do Rio de Janeiro a primeira Escola Veterinária do Brasil, idealizada e criada pelo Exército Nacional para formar Oficiais

e Sargentos, aqueles na Medicina Veterinária e estes como enfermeiros e ferradores. Sua implantação atendeu de imediato o ataque ao MORMO, que na época dizimava as montarias do Exército e vitimava os próprios soldados.

Neste clima, surgiu uma figura impar no Exército, a do Ten. Coronel Médico João Muniz Barreto de Aragão, que foi quem propôs a criação da Escola de Veterinária, e que através de cooperação do Governo Francês enviando uma equipe de médicos veterinários, deu-se início ao estudo especializado da veterinária. Hoje o país possui 13 Escolas, e nosso Estado sedia uma das melhores com mais de 350 alunos.

Uma rápida incursão na história demonstra a luta enfrentada para vencerem-se as barreiras dogmáticas e a credence populares, até hoje fortemente arraigadas na nossa população que ainda não esquece a lendária figura do benzedor. Por outro lado, até bem pouco tempo em nações hoje desenvolvidas, como por exemplo a Alemanha, era considerada atividade desonesta para quem lidasse com carnes de animais.

Porém a evolução humana, sempre serviu-se das mais estranhas situações para avançar no tempo e espaço. As guerras napoleônicas tiveram fundamental importância para isso. As forças do Corso, baseadas em suas ágeis cavalarias, requeriam maiores cuidados razão porque o Imperador criou Faculdades de Veterinária onde o ensino científico começou a ser difundido.

No Brasil, onde a gama de Veterinários é das mais baixas do mundo em relação aos formidáveis rebanhos que possuímos, a figura do médico veterinário não assume a importância ainda que se deveria prestar. Todavia, o surgimento gradativo e lento de uma consciência nacional pode ser sentido.

Na última semana, nesta Capital, os 600 profissionais que estão no Paraná e que prestam relevantes serviços a nossa comunidade, reuniram-se em eleições democráticas para comporem a Diretoria do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, tendo sido na ocasião reeleito o Professor J. Daniel Van Der Broocke. Estou propondo à Casa, um voto de cumprimento desta Assembléia aos novos Diretores daquele Conselho, porque entendo que representam os médicos veterinários de nosso Estado.

Esta classe de profissionais tem uma missão das mais relevantes possíveis para a nossa nação, pois o veterinário acima de tudo é um trabalhador social, um autêntico educador de comunidades, além de organizar, colaborar e executar os planejamentos voltados a atingirem no seio das comunidades interioranas, o bem estar social e a libertação cultural do próprio homem.

Temos um rebanho bovino que ultrapassa os 90 milhões de cabeças, nos colocando entre os 4 maiores produtores do mundo, e não alcançamos ainda a cifra de 5.000 veterinários, ou valendo dizer que mais de 3.000 municípios brasileiros não têm veterinários, ou seja 83,6 por cento dos nossos municípios não recebem a fundamental assistência médico-veterinária.

Basta citar que os Estados Unidos, possui 1 veterinário para cada 4.600 bovinos, a Rússia 1 para cada 1.900 cabeças, enquanto que no Brasil, as cifras são assustadoras, pois a nossa proporção é exatamente de 20.000 cabeças de gado para 1 veterinário. Ora se aduzirmos a isso, os rebanhos suínos, caprinos, equinos e a espetacular expansão do mercado de aves, é fácil constatar a importância do veterinário.

Por ser hoje o “Dia do Veterinário”, digno é que esta Casa preste a esta laboriosa e dedicada classe de homens, uma homenagem justa e meritória, fazendo inserir na ata destes trabalhos um VOTO DE LOUVOR, aos nossos MÉDICOS VETERINÁRIOS, bem como oficiando ao CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO PARANÁ, para eleição de sua Nova Diretoria, com votos de que sejam bem sucedidos na luta empreendida em defesa desta valorosa classe de brasileiros.”

Endosso, portanto, as palavras do meu eminente colega Deputado Ezequias Losso, pedindo aos nobres pares que apoiem essas proposições.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A administração pública deste Estado, coerente que é com os atos administrativos da outra administração que se findou, mais particularmente a Secretaria de Educação e Cultura deste Estado, houve por bem continuar pagando, sem realizar as contas às sras. professoras estaduais deste Estado.

Houve recentemente, nesta atual administração uma análise mais profunda nos pagamentos feitos aos professores deste Estado, e constatou-se uma irregularidade no pagamento que o Estado estava fazendo.

A classe professoral de nosso Paraná vive com alguns outros funcionários com o adiantamento já do mês gasto no início desse e se viu sua conta bancária encerrar-se ou simplesmente bloqueadas até que o Estado seja ressarcido da diferenciação exata de seus pagamentos.

O nosso pensamento está voltado para que, realmente, o Estado seja ressarcido e assim o querem os Srs. Professores deste Estado. Mas, eles querem que o Estado seja ressarcido da mesma maneira como foram pagos, isto é, mensalmente.

O que não deveria ser feito era o bloqueio de contas dos Srs. Professores, às centenas, fazendo com que os mesmos agora fiquem à mercê da sorte, fiquem à mercê de um dinheiro a juízo, fiquem à mercê de financiamento de um amigo ou parente.

Não é admissível que alguém como o Estado que paga os Professores mensalmente venha até, numa medida arbitrária, bloquear as suas contas para que ele Estado seja ressarcido totalmente para daí então liberar as contas desses Professores.

Acreditamos que este Governo esteja entregue, principalmente às Secretarias, a pessoas humanas que vivem os mesmos problemas que vivem os Professores deste Estado, que sabem da possibilidade de verem bloqueadas as suas contas e as providências a serem tomadas.

Para o requerimento que vamos apresentar queremos, além do apoio da ilustrada bancada da Arena, o posicionamento do seu líder, Deputado Ivo Thomazoni, no sentido de que o ressarcimento que deve ser feito pelos Srs. Professores seja feita de acordo com o seu recebimento. Todos eles concordam em que seja feito esse ressarcimento, mas que ele seja feito da mesma maneira como receberam a diferenciação.

É por isso, Srs. Deputados, que estamos entrando na tarde de hoje com um pedido ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Sr. Governador do Estado para que libere o bloqueio das contas dos Srs. Professores deste Estado e permita que eles façam o ressarcimento ao Estado parceladamente para que não seja ainda mais sacrificada a classe sofrida dos Srs. Professores deste Estado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, já que está encerrado o Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, nesta tarde de hoje, para fazer uma denúncia e para formular um apelo.

Vivemos dias terríveis neste País e neste Estado. Dia a dia os direitos dos trabalhadores são esquecidos, menosprezados ou abandonados.

Nota-se falta total de fiscalização por parte das autoridades responsáveis para com o cumprimento da legislação trabalhista. Criou-se toda a estrutura que tirou do trabalhador a segurança que o trabalhador precisa com relação ao seu emprego, desde o instante em que acabaram neste país com o instituto da estabilidade e criaram o fundo de garantia pelo tempo de serviço que carrega, que carrega o dinheiro do trabalhador e é revertido em benefícios, em favor, ou nos direitos que ele tem. Essa política que acabou com a estabilidade do trabalhador veio provocar

o que em São Paulo já foi denunciado, a inatividade da mão de obra das empresas, porque o empregado pode ser demitido, de uma hora para outra, sem qualquer esperança; pode receber sua cota de garantia, no banco, mas o que ele pede é a garantia de um emprego, sobretudo quando ele já atingiu determinada idade. Já passou dos 40, já chegou aos 50 ou já está nos 60 anos. Quando o Governo Federal diz, pela voz de seu Presidente, que procurará se encontrar, doravante, numa política de caráter social, de se preocupar com o social; quando o Governo do Estado lança seus objetivos e metas que até hoje ninguém viu, ninguém sabe, lança seus objetivos e metas e demonstra pelo menos no papel uma preocupação, nas letras, na escrita, com questão social, com o problema social, não se admite e até repugna que uma empresa do Governo do Estado passe a agir tão discriminativamente, tão desumanamente, tão impiedosamente como está agindo a Cia. Paranaense de Energia Elétrica — COPEL.

No dia primeiro de julho de 1974, a COPEL assumiu a Empresa Elétrica de Londrina, que tinha a responsabilidade de fornecer energia elétrica para a cidade de Londrina, Ibitiporã, Jataizinho, Cambé, Rolândia e Araçongas.

Antes a COPEL já havia assumido também as empresas que forneciam energia elétrica em Curitiba, Ponta Grossa e União da Vitória.

Quando a COPEL assumiu a Empresa Elétrica de Londrina, tinha ela 405 empregados, grande número deles com 60, 40, 50, 55 ou mais de 60 anos de idade, todos empregados antigos, empregados que, quando da transferência da Empresa Elétrica de Londrina para a COPEL, temeram pela segurança do seu emprego, pela garantia daquele trabalho que lhes garantia o seu sustento e o sustento de suas famílias; naquela ocasião porém, quando interpelado por um Deputado do MDB, o Presidente da COPEL, Dr. Arturo Andreolli, comprometeu-se a publicamente não demitir nenhum empregado da Empresa de Energia Elétrica, comprometeu-se a garantir o trabalho e a função de todos aqueles funcionários — prometeu, mas não cumpriu.

A COPEL está demitindo grande número de trabalhadores já agora em número superior a 40, tenho aqui para comprovar, 24 rescisões de contrato de trabalho, passados na Justiça do Trabalho em Londrina. São de empregados:

“Aqui, de um empregado de 60 anos de idade, com 1 de trabalho; um de 46 anos, com 4 de trabalho; 46 anos de idade, com 18 anos de trabalho; 60 anos de idade, 9 de trabalho; 43 anos de idade, 7 de trabalho; um de 64 anos com 21 anos de trabalho — ao todo, 24, representados por estas rescisões. O número de demissões, no entanto, já chegou a 40.

É verdade que a COPEL, ao demiti-los, pagou-lhes os direitos alguns percebendo 20, 15, 10, 5, 8, 11 milhões, mas, não era isto que eles queriam, e não isto que eles querem, porque agora já com 60 ou 50 anos de idade, já não encontrarão empregos em outras empresas, e porque em lugar deles, a COPEL está admitindo outros, mais novos.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, eu não desejo isentar a Copel de possível participação de culpa no episódio que não conheço. Pretendo informar-me e informarei V. Exa. e à Casa o que realmente tem ocorrido. Estranho, todavia, eminente Deputado, que V. Exa. assaie contra a Copel responsabilidade por atos que a empresa não poderia e eu não acredito, tenha submetido, porque sabe V. Exa. que ninguém melhor que V. Exa. sabe que o funcionário ao atingir a condição de estabilidade na empresa, não poderá, absolutamente, ser dispensado sem que ele opte.

E no caso quer me parecer, tem lotado funcionários com mais de dez anos de serviço na COPEL como V. Exa. citou, funcionários de vinte anos de casa, e que teriam sido coagidos.

Conheço a administração da COPEL e conheço os homens que fazem a administração daquela empresa, incapazes de coagir a quem quer que seja.

Se o funcionário optou pelo regime de fundo de garantia, é natural eminente Depitado, que este funcionário quem sabe, ansioso por receber determinada importância que para ele possa ser vultuosa, tenha optado e depois se arrependido e feito acusações.

Eu não posso aceitar que se assaques contra a COPEL, culpa de haver coagido. Porque quem se deixa coagir tem mais culpa do que quem coage. Eu acredito sinceramente que, neste particular, a COPEL tenha procedido de maneira insólita, pretendendo colocar em outros empregos, dezenas de funcionários.

E quero acreditar mais, eminente Deputado, que aqueles que optaram, tiveram o justo ressarcimento do pagamento de todos os direitos preconizados pela CLT. E que mais tarde, quem sabe, tenham pretendido voltar atrás quando já beneficiados pela opção que fizeram. E fica a ressalva, quando pretendia dizer-se que o Gal. Mazza se preocupa mais com promoções pessoais do que com os problemas dos trabalhadores, quer me parecer uma acusação injusta. É um homem que mais tem dado de si à frente da Delegacia do Trabalho do Estado do Paraná. É um homem incansável que quer, que discute com a classe patronal e que tem sido um verdadeiro defensor dos interesses do trabalhador. Presto este testemunho para que não fique na Casa uma só voz, para atacar.

Mas que também há alguém que insurja para defender. Era o aparte.

O SR. OSVALDO MACEDO — Eu acho que o aparte de V. Exa. veio tornar mais grave ainda as denúncias que formulamos.

V. Exa. partiu de uma série de suposições e eu trouxe fatos. E entre a crença que V. Exa. tem na direção da COPEL e os fatos aqui que trago, eu prefiro ficar com os fatos e com os documentos. Creio mais neles.

Com relação ao Fundo de Garantia, acredito que V. Exa. não prestou atenção no que eu disse, ou talvez não quis entender o que eu tenha dito quando condenei o fundo de garantia. Eu o condenei como um todo, que foi a política que se fez neste País para tirar o direito do trabalhador. No instante em que ele acabou com o instituto da instabilidade.

Disse e disse-o bem que quando a COPEL demitiu esses empregados, do ponto de vista legal ela pode estar correta do ponto de vista moral a sua atitude condenável. E condeno-a veementemente.

E não são críticas que assaco contra a COPEL, não são inverdades que assaco contra a COPEL, não. São os fatos que são graves e os fatos praticados contra a COPEL é que se voltam contra ela mesma.

V. Exa. ao assim fazer me faz lembrar uma história que já disse aqui da famosa destruição de Guernica, em que os alemães num preparativo para a segunda guerra mundial, bombardearam impiedosamente.

E Picasso um dia fez um quadro de Guernica e expôs em Paris. Chegou um general alemão e vendo aquele quadro destruído pelos alemães, teria perguntado: Foi o Senhor quem fez isto? Ele disse, eu não, foram os senhores.

Então quando disser se fui eu que falei isso sobre a COPEL que formulei críticas à COPEL, não fui eu meu Deputado, foi a própria COPEL quem construiu este mal.

Acho que V. Exa. não conhece bem o Delegado do Trabalho do Paraná. Se conhece seu testemunho não pode merecer crédito, porque parece ser parcial.

Fale com os trabalhadores deste Estado e dirão quem é o Delegado que não defende os direitos dos trabalhadores, que não fiscaliza os direitos dos trabalhadores e que, de forms ostensiva, quer sua fotografia figurando em todas as sedes de Sindicatos do Estado. E isto é tão evidente que estas provas não precisam ser trazidas aqui. Basta que se visite algumas sedes de Sindicatos deste Estado.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Não pretendo ser o dono da verdade e não acredito que V. Exa. o seja.

O SR. OSVALDO MACEDO — Também não sou proprietário do erro.

O SR. IVO THOMAZONI — Na sexta-feira conversei com o Presidente do Sindicato dos Ensacadores de Londrina, cidade que V. Exa. representa nesta Casa, e ele me dava o testemunho do trabalho do Gal. Massa em Londrina, quando em defesa dos interesse dos sindicalizados ensacadores daquela cidade, ele lutou para que estes mesmos ensacadores tivessem atribuídas a si inúmeras atividades que eram exploradas por Cooperativas de mão de obra geridas por opulentos paulistas. V. Exa. conhece o episódio de Londrina, Maringá, Paranavaí e outras cidades e ninguém levanta sua voz para cumprimentar o Delegado do Trabalho, quando toma medidas em favor do trabalhador.

O SR. OSVALDO MACEDO — É obrigação dele.

O SR. IVO THOMAZONI — É obrigação quando alguém trabalha bem.

V. Exa. faz meras suposições e até este instante não apontou erros da COPEL.

Qual o artigo da CLT que a COPEL feriu ao aceitar que feita a opção por um empregado, tenha ela cumprido as determinações contidas em Lei? E V. Exa. assim mesmo tem a grande oportunidade de, indiretamente, atacar o Governo do Estado, quando ataca um organismo responsável por um setor da administração, que é a COPEL.

V. Exa. quer modificar o artigo ou a lei que instituiu o Fundo de Garantia.

O SR. OSVALDO MACEDO — E gostaria de fazê-lo.

O SR. IVO THOMAZONI — Faça-o V. Exa. se tem competência para isto.

Ficaremos a ouvir V. Exa. divagando num assunto para o qual não há solução aqui nesta Casa.

Até faço votos para que a voz de V. Exa. seja ouvida por aqueles que têm competência de legislar para, segundo V. Exa., atendendo aos trabalhadores, eliminar uma das garantias constitucionais dos funcionários, que é a de não perder o direito de estabilidade. Perde quando opta.

O SR. OSVALDO MACEDO — Gostaria de lembrar que os apartes devem ser breves.

O SR. IVO THOMAZONI — Terminei. V. Exa. continua.

O SR. OSVALDO MACEDO — Mais uma vez vou repetir o que já disse certa ocasião a V. Exa.: "Se meu verso não deu certo, foi seu ouvido que entortou". Não disse que a COPEL tenha desrespeitado qualquer dispositivo legal. Do ponto de vista legal, ela agiu dentro da lei. Mas do ponto de vista moral é condenável sua atitude quando demite homens, trabalhadores de 60 ou 50 anos, com 19 ou 20 de trabalho, quando tira a segurança de seus empregados pais de família e ao mesmo tempo admite, para substituir, outros mais jovens.

É ou não é, uma política discriminatória? É ou não é, uma política desumana? É ou não é injusto? É ou não é, indecente?

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, V. Exa. focaliza da tribuna um assunto que, realmente, se constitui hoje, afóra sua parte material, no maior problema do trabalhador brasileiro.

Apenas gostaria de ressaltar, porque V. Exa., da tribuna, está se referindo ao engodo em que é levado, não raro, o trabalhador.

Este engodo se reflete na própria expressão do eminente Deputado, "após a opção" é o ponto nevrálgico da vida do trabalhador hoje. Porque ele geralmente é instado pelas empresas a optar no sentido de lhe ser proporcionadas chances de progredir dentro da empresa.

As empresas, raramente, hoje, dão chances aos empregados que ainda não optaram.

E depois que o empregado realizou a opção e que decorreu o prazo para ele se retratar, ele fica sujeito a que atos verdadeiramente anti-sociais, como esse que V. Exa. retrata, sejam cometidos.

De modo que acredito que seja atribuição também desta Casa, embora não tenha ela atribuição de legislar, mas de focalizar o assunto, de debatê-lo. Porque os problemas sociais do Paraná estão afetos a seus Representantes neste Estado, E daquilo que dependa do Governo Federal ser mais uma vez a chamar pelas soluções.

Porisso quero que V. Exa. aceite não só minha modesta solidariedade, como também nosso inteiro apoio, por V. Exa. focalizar um problema tão oportuno e de tamanha importância não só para o trabalhador paranaense, mas para o trabalhador brasileiro também.

Obrigado pelo aparte.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço ao nobre Líder as palavras confortadoras de seu aparte.

Gostaria de acentuar que todos sabemos que não temos competência para legislar em matéria trabalhista. É tão elementar, que dizer e descrever da inteligência dos nobres colegas.

Sabemos disso. Mas, nem por isso devemos nos calar quando alguma coisa tremendamente errada como esta, se passa aos olhos nossos, com o nosso conhecimento.

É por isso que mais que alterar a lei, vim fazer uma denúncia e formular um apelo.

É um apelo que vamos dirigir, não à administração da Copel, mas, diretamente ao Sr. Governador do Estado.

Queremos pedir ao Governador do Estado, como primeiro mandatário deste Estado, que interceda pessoalmente para que mais empregados não sejam demitidos pela Copel, para que a Copel cumpra a palavra empenhada e para que os trabalhadores que ainda permanecem na empresa possam ter segurança e trabalhar com tranquilidade, porque estão intranquilos com essa política trabalhista que se implantou naquela empresa pública.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sobre a questão lei, honestidade, eu então sou forçado a lembrar aquela máxima latina "non omne quod licet honestum est". Aí está, não pelo fato de existir o instituto legal que é a afronta da própria dignidade humana, mas a questão desse instituto do fundo de garantia por tempo de serviço, é instrumento de defesa da empresa, pura e simplesmente, sem fazer outras apreciações. Isso, análise nua e crua, como nós, no oráculo popular, a chamamos. O fato de não podermos aqui legislar sobre direito trabalhista ou direito social, eu apoio as palavras do Deputado Osvaldo Macedo, mas me apresso em a vir em socorro do direito que têm os Parlamentares de exercer essa função pública, esse munus político, que é levantar sua voz contra as injustiças e não quer dizer que quando uma lei está instituída, ela reflete a vontade do povo, porque a lei deve perseguir e no máximo a satisfação maior do povo, a que ela deve disciplinar. E é justamente uma das coisas contra a qual nosso partido deve se insurgir, até contra certos preceitos constitucionais que não se aliam com a nossa formação, não só da legislação trabalhista, que vai satisfazer necessidades das empresas, para a qual o Estado está correndo, para a qual o Estado está se organizando e se apressam em organizar determinadas empresas, não para defender o cidadão que é o componente primeiro de um Estado, de um organismo jurídico-político.

Então, incorporando meu pronunciamento ao de V. Exa., venho me solidarizar com sua posição diante desse problema e também lamento que isso poderá ocorrer ainda, mas não só na Copel. Pelo que vejo, V. Exa. está munido de documentos e não se fala em instituto legal, mas em instrumento moral, que sempre

nasceu com a pessoa humana, instrumento moral da dignidade da pessoa, do direito de trabalho, do direito de zelar pela família com segurança, com higiene de trabalho, porque isso faz parte da higiene do trabalho.

Era o aparte.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço ao nobre Deputado

Fidelcino Tolentino a contribuição que traz ao problema que tratamos nesta tarde, mas gostaria de lembrar também que tão esdrúxula é toda legislação que se procurou fazer de uns tempos para cá neste país, tão controvertida, que todo mundo fica como que perdido no meio dela. Gostaria de lembrar a direção da Copel que se sua atitude é legal, por outro lado é imoral, a mim parece até inconstitucional. Porque a Constituição proíbe especialmente a discriminação por motivo de sexo, raça, credo religioso, idade etc... E me parece que está ocorrendo na administração da Copel uma discriminação com relação a idade, como se as pessoas idosas também não tivessem direito de trabalhar, de sustentar sua família, porque se se demite homens de 60 anos de idade ou 50, e se admite outros mais novos, está se evidenciando um preconceito contra os trabalhadores idosos.

Acho que é ponto de vista legal, eu sei, não há solução para esses trabalhadores que hoje estão no desemprego. Não sei se ainda conseguirão emprego. Mas o que espero é que o Sr. Governador do Estado atenda o apelo que estamos reformulando para que interceda pessoalmente e impeça que outras demissões desse caráter sejam feitas. É um segundo apelo que faço ao Governo do Estado. Porque o primeiro não foi atendido, muito embora o Deputado que então estava na liderança do Governo nesta Casa garantisse, naquela ocasião, que o Governo atenderia quando pedimos a sua intervenção pessoal no caso das desapropriações da Usina de Capiwara.

Voltamos agora com outro apelo, um apelo que, mais do que a lei, vem do coração e da razão. Esperamos que o Governo cumpra o que escreveu no objetivo e metas de seu governo: esperamos que cumpra e ele, pessoalmente, interceda de uma vez por todas, para por fim a esta política preconceitual e discriminatória da direção da Copel, para que os trabalhadores que continuam na empresa possam continuar trabalhando com segurança, com tranquilidade e com maior produtividade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, segundo orador inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Permito-me indagar, inicialmente, de V. Exa. que neste instante preside a sessão desta Casa, o tempo que resta para o encerramento do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Restam vinte e cinco minutos.

O SR. DEL CIEL — Muito obrigado.

Certamente por feliz coincidência, por esta Casa se preocupar com os princípios do direito da constitucionalidade e da legalidade, os companheiros que nos antecederam abordaram o tema que é a razão da nossa presença nesta tribuna.

Aqui comparecemos em busca do direito, em busca da justiça, em busca, do respeito à Constituição, em busca do respeito aos mais coezinhos princípios de lei.

Anunciamos, antes do primeiro recesso legislativo, a intenção de solicitarmos a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a educação no Estado do Paraná.

Muito trabalho, grande a contribuição e a presença de toda a bancada emedebista com o amadurecimento da idéia, que nos possibilita vir à tribuna, nesta oportunidade, para dar encaminhamento ao requerimento que visa a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para o setor educacional do Estado do Paraná.

Antes de demais considerações e análises, passamos à leitura do presente requerimento que vai assinado pela bancada do

Movimento Democrático Brasileiro e que a partir deste instante se encontra à disposição dos ilustres Deputados do partido situacionista que quiserem nos honrar, com a sua participação, com a sua assinatura. (Lê):

"Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso das atribuições regimentais, e com amparo no artigo 34 do Regimento Interno, combinado com o artigo 19 e seu parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, considerando:

que, o ensino no Paraná sofre no momento as mais diferentes carências, quer pela deficiência de sistema escolar, quer pela falta de estímulo ao corpo docente das escolas, quer pela ausência de uma melhor infra-estrutura que permita a melhoria dos índices de escolaridade do Estado.

Que, os professores, diretores, funcionários em geral, ligados ao sistema estadual de educação, estão sujeitos a transferências, remoções, perseguições até, quando não pertencem a determinado partido político, o que demonstra que o ensino está condicionado a atividade político-partidária, o que significa, em termos gerais, um contra-senso.

Que, em face a esta ingerência política, em alguns municípios, o ensino de primeiro grau é ministrado de formação tão deficiente que a própria alfabetização das crianças está sendo prejudicada pela falta de melhor fiscalização da qualidade do ensino ministrado.

Que, o Estado carece de programas de trabalho em conjunto com os municípios, ocorrendo em alguns destes atividades de ensino intensivo e em outros, nenhuma atividade, num total de desequilíbrio, provocando prejuízos irreparáveis à educação no Paraná.

Que, o maior desestímulo aos professores paranaenses é a falta de critérios justos para o seu aproveitamento, quer na qualidade de mestres, quer na qualidade de diretores, vigorando sempre e como regra geral, a indicação política em detrimento do valor intelectual, do poder de aglutinação e da capacidade de dirigir e lecionar.

Que, a revogação do sistema de lista tríplice, para a indicação de diretores se constitui numa violência para o sistema de ensino do Paraná transformando os cargos essencialmente técnicos, em mandatos políticos onde o Deputado da região, obsequiado com o comando político de sua região, tem o direito de decidir usando os seus próprios critérios.

Que, existem no Paraná, centenas e centenas de professores suplementaristas, sem um regime jurídico definido, sem que sejam criados cargos e realizados concursos públicos. Estas exceções, quadro de professores suplementaristas, no decorrer de alguns anos, como presentemente ocorre, passam a ser norma pois o quadro de professores suplementaristas equipara-se ao quadro isolado de professores efetivos, em desrespeito ao artigo 168, parágrafo único, da Constituição Federal, número V.

Que além de não cumprir, desde 1971, o texto da Constituição Federal, o Estado tem centenas de professores lecionando sem conhecer oficialmente as suas verdadeiras condições didáticas, o que demonstra que o ensino do Paraná está fora do próprio controle do Governo do Estado e da Secretaria de Educação, uma vez que o concurso é "a medida de capacidade técnica que o Governo terá para saber quais os professores com condições ideais para colaborar na formação intelectual de nossa juventude estudiosa".

Que, por outro lado, e como consequência da influência política na educação, existem muitos professores desviados de suas verdadeiras funções, prestando serviços em outros setores, o que desrespeita o artigo 63 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos) e pode levar a autoridade encarregada do setor de pessoal do Estado ou outra responsável pelo desvio da função, a ser responsabilizado pelo descumprimento da lei.

Que, a mesma legislação, determina que as "promoções

realizadas de seis em seis meses desde que verificada a existência de vagas", fato que, no Paraná, tem sido uma utopia, pois desde 1971 não são realizados concursos e desde 1961 que não aconteceu promoções no Paraná. Na área de educação isto constituiu um desestímulo que vem prejudicando a própria estrutura educacional, pois o funcionário desestimulado, sofrendo perseguições, e nenhum incentivo na forma de promoção ou de interesse do Estado pela sua situação, se constitui num funcionário sem ambição e em consequência, sem condições de oferecer tudo de si para os seus alunos. Esta situação precisa ser corrigida para que o magistério volte a ser uma profissão onde o professor tenha as condições ideais de oferecer mais ao aluno e em consequência a formação de gerações bem preparadas para colarorar com o progresso do Paraná.

Que, embora seja imperativo constitucional, a reorganização do magistério estadual em Estatuto próprio, vem sendo protelada, com enormes prejuízos ao setor educacional do Paraná, pois uma revisão no quadro de pessoal, abertura de concursos e um levantamento metódico das necessidades de prédios escolares e reforma dos existentes, melhoraria em muito nosso ensino.

Que, desnecessário, ainda, seria dizer que nosso Estado não cumpre dispositivo constitucional no que diz respeito a "Remuneração Condigna aos Professores".

Que, a infraestrutura de ensino do Paraná é deficiente, os professores estão insatisfeitos e desestimulados, os alunos desamparados na maioria dos municípios e o cronograma de ensino do Estado não oferece ritmo de continuidade em todas as regiões do Paraná, havendo intranquilidade no setor, falta de salas de aula, ausência de critérios técnicos para a escolha de diretores e o Estado, através da Secretaria de Educação, não conhece efetivamente as condições didáticas do professorado, o que torna o ensino no Paraná uma grande incógnita.

Que, não parece haver disposição, por parte do Governo, de cumprir a Constituição do Estado e a Constituição Federal na área de ensino, por deficiência de assessoramento ou por inviabilidade de sistemas de planejamento.

Que, cabe, portanto, ao Poder Legislativo, através dos instrumentos constitucionais, legais e regimentais, ao seu alcance, analisar, pesquisar e investigar os fatores determinantes desta insegurança na área de ensino e concluir pelas soluções que façam com que o inquérito constitucional se restabeleça no Paraná,

Requerem a Constituição de Comissão de Inquérito, composta de 7 (sete) membros, para apurar no Setor de Educação do Estado do Paraná, as irregularidades apontadas nos considerando do presente requerimento com a duração de 4 meses.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

aa) DEL CIEL

ANTONIO FACCI
ERNESTO DAL'OGLIO
OSVALDO MACEDO
LUIZ CARLOS ZUK
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI
ERNESTO GNOATO
TRAJANO BASTOS
MAURÍCIO FRUET
HÉLIO MANFRINATO
ENÉAS FARIA
JAYME RODRIGUES CARVALHO
FIDELCINO TOLENTINO
DENI SCHWARTZ
NILSO SGUAREZI
NELSON BUFFARA
WALDENÍCIO BARBALHO
MUGGIATI FILHO
LINEU TURRA
OTÁSSIO PEREIRA
LÚCIO MACHADO

EDILSON ALENCAR
ADALBERTO DAROS
DOMÍCIO SCARAMELLA
VALTER PIETRÂNGELO
GABRIEL SAMPAIO”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certamente, servirá para exemplificar os debates que antecederam a nossa chegada a esta tribuna. Se o bisturi do parlamentar é a palavra, somente através da palavra, somente através da palavra e do uso dos meios regimentais, e constitucionais, poderemos marcar a nossa passagem por este Poder, buscando justiça, buscando respeito ao direito, ao amparo aos nossos trabalhadores do nosso Estado.

Narramos por seguidas vezes nesta mesma tribuna, a situação do ensino; a situação da Educação abandonada, relegada a um segundo plano que há muito tempo, o Estado do Paraná está aguardando.

Aguardando as providências, porque partindo do princípio que um governo nomeado, indicado já há tanto tempo se preparava para assumir as rédeas e a direção do Estado do Paraná. Deveria ele ter, deveria contar com a nossa compreensão, com a compreensão dos homens da oposição que dariam o desconto de aguardar, como estamos aguardando, as providências do Sr. Governador e do seu Secretariado, cujo mandato chega ao final o seu primeiro ano de Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado, inicialmente, devo significar respeitando o que expressamente dispõe o Artigo 19 da Constituição do Estado e o Artigo 34 do nosso Regimento Interno, V. Exa. colhendo indiretamente 1/3 de assinaturas dos membros deste Poder, pode a qualquer tempo instalar a CPI.

Todavia, eminente Deputado, pareceu a este Deputado que dos considerandos constantes do requerimento que V. Exa. acabou de ler desta tribuna, V. Exa. não significou o fato determinado que está provocando a criação da CPI.

V. Exa. de modo genérico e impessoal, abordou aspectos da política educacional de nosso Estado, que nós sabemos, ainda sendo posta nos seus devidos lugares. V. Exa. teceu críticas à política educacional afirmando que os professores estão sujeitos hoje à vontade política dos deputados, quanto a sua lotação e sujeitos às transferências arbitrárias.

Não posso concordar com V. Exa. que desta afirmação tenha como V. Exa. pretende, qualquer sentido de verdade. Porque neste Estado há muitos anos, desde que me conheço como homem de governo, nenhum professor primário, do Ensino Médio, Secundário ou Superior, é transferido a não ser que ele solicite a próprio punho, a sua transferência.

Posso concordar com V. Exa. que alguns casos de diretor sejam designados por solicitação de políticos. E não sei porque desmentir muito embora eu afirme que o político sempre se preocupa em escolher o melhor para que melhor a educação se desenvolva neste Estado.

De tudo que V. Exa. alinhou no requerimento, quero acreditar que o restabelecimento do artigo 14 do Estatuto do Magistério venha a suprir as críticas que V. Exa. faz à educação no tocante a pessoal, porque o Secretário de Estado, através de resolução, passaria a designar Diretores de Estabelecimento, tendo como fundamento a lista triplíce encaminhada pela congregação.

Nos demais tópicos me assusta um pouco a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ela não define qual o fato que deve ser, pela Comissão, levantado e apurada a responsabilidade.

Assusta-me porque esta CPI pode e poderá, se não especificar determinado fato, poderá fazer com que a Secretaria de Educação praticamente cesse todas as atividades e coloque a

serviço desta Comissão todos os setores de Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior.

O SR. DEL CIEL — Gostaria que me permitisse responder ao aparte de V. Exa. aos poucos. Iremos, concedendo seguidamente, com prazer.

O que se relaciona com a preocupação de V. Exa. no que se prende a fato determinado, nos preocupa dada a disposição anunciada por V. Exa. de procurar evitar, através de possíveis meios legais que se pudesse apresentar a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para a educação.

V. Exa. haverá de constatar que o artigo 19, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, o artigo que regula a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito é, em sua totalidade, o retrato do artigo da Constituição Federal. E V. Exa. não poderia exigir que um parlamentar solicitasse, ou não poderia pretender que um Parlamentar solicitasse a constituição de uma CPI para apurar tão somente uma irregularidade, quando as irregularidades são gritantes em dezenas de setores do quadro educacional do Estado do Paraná.

O fator determinante é a educação. O que visa a Constituição Estadual, o que visa a Constituição Federal é evitar que o Poder Legislativo constitua uma CPI mais ampla que pudesse absorver isto sim — todo um Governo, todas suas Secretarias.

É o nosso ponto de vista, é o ponto de vista dos juriconsultos por nós procurados. Estamos certos, e não nos preocupamos com o temor de V. Exa., de que partimos neste instante no cumprimento de nosso dever, de nossa obrigação, em busca do restabelecimento do direito e do cumprimento à Constituição.

O SR. IVO THOMAZONI — Vejo que o artigo 19 preconiza, em seu “caput”:

“A requerimento de um terço de seus membros a Assembléia requererá Comissão de Inquérito sobre “fato determinado”. Quer me parecer que V. Exa. aliou uma série de fatores. Se o dispositivo constitucional se referisse a fatos determinados, poderíamos concordar com V. Exa. Apenas o que nos preocupa não é o fato de que o eminente Secretário dos Negócios da Educação e Cultura não tem condições de abrir as portas e permitir que esta Assembléia devesse aquela Pasta para se informar de assuntos educacionais deste Estado. Isso não nos preocupa, absolutamente. O que nos preocupa é que não havendo um fato determinado para o qual a Comissão Parlamentar de Inquérito deve preocupar-se, e a Secretaria toda fique à disposição da Comissão, emperrando seus órgãos que devem ser permanentemente dinâmicos e estarem atuando em favor da Educação.

Esta a minha preocupação.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte de V. Exa. e deixaria a indagação se a Comissão Parlamentar de Inquérito para as multinacionais foi constituída somente para as multinacionais que atuam no setor do soja, ou em demais setores? Se o fato determinado é o comportamento das multinacionais em nosso território, ou tão somente para focalizar a política implantada no setor do soja?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica a V. Exa. que está esgotado o tempo que lhe é concedido. No entanto, concede-lhe mais cinco minutos para V. Exa. concluir sua oração.

O SR. DEL CIEL — E assim procedemos na tentativa de oferecer nossa opinião a respeito da constitucionalidade, da validade, do presente requerimento, no sentido de não deixar o eminente líder do partido governista sem nossa atenção, sem nossa resposta, sem nosso ponto de vista. Mesmo porque a nós não compete discutir a legalidade da matéria, visto que preenchido todos os requisitos, a Comissão Executiva aplicará a destinação a este requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, para que não precise falar em Questão

de Ordem, durante a Ordem do Dia, indagar se a Presidência poderia e tem podido, em outras oportunidades, encaminhar o presente requerimento de instalação de comissão parlamentar de inquérito à nossa comissão técnica, Comissão de Constituição e Justiça, para que fale sobre a interpretação correta do que preconiza o artigo 19 da Constituição Estadual, e o artigo 34 da Constituição de nosso Regimento.

O SR. DEL CIEL — Somente desejo informar a V. Exa. que a tramitação deste requerimento é toda especial, regulamentada tanto pela Constituição Estadual, como pelo Regimento Interno da Casa.

A Comissão Executiva não poderá atender a solicitação de V. Exa., pois assim procedendo estaria descumprindo o que determina nossa Constituição.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Só queria lembrar que eu acho que toda Casa sabe que quando a Constituição e o Regimento Interno falam que as CPI têm que falar de fatos determinados, ele falou. Ele não precisa falar mais, porque V. Exa. não apresentou um fato determinado, mas vários fatos determinados e me parece automática a constituição, tendo em vista o número de assinaturas.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte e concluindo, lembramos que nosso objetivo é de, através de um trabalho sério, profundo que certamente tomará grande parte do tempo de nossas atividades parlamentares, dos ilustres Deputados que forem designados para a constituição desta comissão Parlamentar de Inquérito, reencontrar o caminho perdido pela educação no Estado do Paraná.

Aí está e é incontestável, professores desesperados, abandonados, marginalizados, esquecidos, relegados, estudantes sem escolas, direitos sendo desrespeitados a cada instante na vida político-administrativa do Estado do Paraná.

Voltaremos, considerando que pudemos analisar muitos detalhes, quando anunciamos a intenção da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na situação da educação no Paraná, que se apresenta no interior, com escolas cobertas de sapé, com crianças implorando aos Deputados que passam por suas comunidades para que apelem ao Governo, para que apelem ao Secretário de Educação, para que designe professores; crianças sedentas de educação, e abandonadas, impedidas de acesso a um estabelecimento de ensino.

Professores injustiçados, zeladoras percebendo menos que um salário-mínimo, que fatos mais, precisaríamos para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para corrigir tantas irregularidades gritantes no setor educacional do estado do Paraná?

Assim, Sr. Presidente, encaminhamos esse requerimento que solicita a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o setor educacional do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido, o Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

Sobre a Mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constantes do expediente. Necessitam de apoio.

— Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho,

constante do expediente. Necessita de apoio.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, pergunto a V. Exa. se esse projeto de lei está com o número regimental de assinaturas para apoio.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está colocando o projeto para apoio. A assinatura é do Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, pretendo, por uma questão de coerência, neste plenário e atendendo, em especial, ao que foi preconizado pelo Deputado Fidelcino Tolentino em reunião especial realizada há poucos dias, com respeito a política dos funcionários públicos do Estado, significar que iniciativas desta natureza, pela Constituição do Estado, são reservadas do Chefe do Poder Executivo. O projeto de lei trata de funcionários públicos estaduais.

Somente por esta razão é que me permito não dar apoio à iniciativa, não pelo que ela contém, mas pelo vício de inconstitucionalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que apoiam, permaneçam como estão. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/74, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo conceder ao Coronel Francisco de Paula Soares Netto, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/71, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, através de coordenação da Secretaria de Obras Públicas, proceder instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, trecho Curitiba-Usina Capivari Cachoeira. Pareceres da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., favoráveis. Em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que denomina "Grupo Escolar Edite Cordeiro Marques", o atual Grupo Escolar de Turvo, município de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 35/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado "GRUPO ESCOLAR PROFESSORA EDITE CORDEIRO MARQUES" o atual Grupo Escolar de Turvo, no município de Guarapuava, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A professora Edite Cordeiro Marques faleceu no dia 15 de maio de 1974, com apenas 32 anos de idade, quando exercia o cargo de Diretora do Estabelecimento referido no artigo 1º do presente plano de lei.

Tendo concluído seu Curso Normal na cidade de Laranjeiras do Sul, onde nasceu, revelou-se desde cedo, uma idealista da grande causa educacional, que amou até o fim.

Como esposa dedicada do Rev. Irany Marques, exerceu além do sagrado ministério educacional, o religioso. Procurou sempre incutir na mente das crianças que ensinava os preceitos da solidariedade e do amor cristão em todas as suas manifestações.

No pouco tempo de vida demonstrou tudo quando pode realizar alguém que se dedica realmente a um sublime ideal.

As juntas publicações que integram esta justificativa, revelam os sentimentos da comunidade que lhe prestou sentidas homenagens por ocasião do seu prematuro falecimento. Atestam a justeza do presente projeto, que esperamos seja aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 35/75

Assinado pelo ilustre Deputado Ezequias Losso, o Projeto de Lei em exame denomina de "GRUPO ESCOLAR PROFESSORA EDITE CORDEIRO MARQUES", o Grupo Escolar de Turvo, município de Guarapuava.

A matéria é constitucional e legal.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 35/75

1. — O Projeto de Lei em exame, quanto examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável por não contrariar qualquer disposição constitucional ou legal.

2. — Quanto ao mérito, competência desta Comissão de Instrução Pública, para se pronunciar, verificamos que a medida proposta, sobre ser justa é igualmente oportuna. Trata-se de homenagear uma Professora que, prematuramente falecida, dedicou em vida toda sua energia e capacidade em benefício da educação.

3. — Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei em exame.

Sala das Comissões, em de junho de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. PAULO SCARDAZZI, ocorrido na cidade de Mococa, São Paulo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. LEOPOLDO TULESKI e FRANCISCO SFENDRICK, ocorrido em Tomaz Coelho, município de Araucária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. ROSALINA NASCIMENTO, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. MARIA DA GRAÇA DE SOUZA TREVISAN. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldenício Barbalho e Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO VENDRAMIN. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do "Dia do Médico Veterinário". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, retificando a pavimentação da estrada Palmeira - Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados, para representar esta Casa nas solenidades alusivas aos 152 anos de fundação de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

A Mesa designa os Srs. Deputados David Federmann e Luiz Carlos Zuk, para representarem esta Casa, conforme requerimento acima aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Batalhão de Controle do Tráfego da Polícia Militar do Paraná, pela acertada remodelação no controle de tráfego no centro de massa capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam arquivados todos e quaisquer processos em tramitação referentes à alienação de terras devolutas situadas na vertente atlântica da Serra do Mar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja eficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, reivindicando a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, na Vila Operária, de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que interceda junto à COPEL, para evitar a demissão de trabalhadores da empresa nas cidades do Norte do Paraná. — Em discussão. Encerrada a discussão. — **Em votação.**

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, nós votaremos desfavoravelmente ao encaminhamento do pedido formulado pelo eminente Deputado Osvaldo Macedo, dirigido ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Todavia, não poderíamos nos calar contra as argumentações de S. Exa. o autor do requerimento, feito contra o Instituto do fundo de garantia por tempo de serviço.

É sabido, Sr. Presidente, que este instituto tem proporcionado ao trabalhador inúmeras vantagens e é do conhecimento da classe operária que tem servido este fundo para garantir ao trabalhador, inúmeras oportunidades, entre elas o levantamento de importância para aquisição de casa própria. Quando o operário contrae núpcias levanta importância do fundo de garantia e em inúmeros oportunidades os funcionários deste instituto se beneficiam.

Portanto, Sr. Presidente, contra estas argumentações nós estamos e quando se fala na discriminação feita para aqueles que têm idade avançada, 40 ou 45 anos de idade, devemos lembrar neste Plenário que uma das vezes que se levantou neste País em defesa dos funcionários com mais de 45 anos foi a do Exmo. Sr. Presidente da República, que, preocupado com a discriminação que se dizia haver junto aos empregadores, foi ele o primeiro a apelar no sentido de que a mão de obra experiente, fosse aproveitada.

Também não vejo razões para concordar com as críticas feitas à Delegacia do Trabalho deste Estado, porque ainda hoje, quando encaminha uma pessoa, candidata a um emprego numa empresa, o gerente me afirmava que o General Massa procede a exames com os empresários para que, com idade avançada, mas com sua experiência ainda possa emprestar sua colaboração.

seu trabalho em favor do desenvolvimento do Brasil.

Aqui votaremos pela aprovação do requerimento, mas fazemos esta ressalva, Sr. Presidente, porque veladamente se pretendeu afirmar que o Governo não está interessado a zelar pela tranquilidade daqueles que hoje atingem mais de 40 anos de idade e que por isso estariam sendo objeto de discriminação e que não tem origem nos órgãos governamentais e se votarmos a favor do requerimento é que também pretendemos conhecer a atuação da COPEL no episódio de ontem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

OSR. PRESIDENTE — Continua em votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, reivindicando a instalação do Instituto Médico Legal, na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná e Diretor do Departamento de Despesa Fixa, no sentido de que sejam liberadas as contas dos professores paranaenses. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos transportes e Diretor do DER, no sentido de que sejam efetuados estudos visando o asfaltamento do trecho paranaense entre Rio Negrinho e Lajeado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Saúde, Ministro da Previdência Social e Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que efetuem uma vistoria in loco, e transformem o Hospital Municipal de Iporã, em Hospital Regional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, encarecendo por especial gentileza o envio do inteiro teor do discurso do Sr. Camilo Callazans, Presidente do IBC, proferido naquela augusta Casa com respeito à cafeicultura brasileira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado por intermédio da AMUMPARG ao Sr. Presidente da PARANATUR, no sentido de que seja autorizada a inclusão do Porto São José, distrito de São Pedro do Paraná, como ponto turístico do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Sr. Secretário de Administração, reivindicando reparos no prédio escolar denominado "A Unidade Nova", de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Presidente da FUNDEPAR, no sentido de que seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Visconde de Nacar", de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Sr. Secretário de Administração, no sentido de providenciar a construção de quatro salas de aula no Grupo Escolar "Vicente Machado", de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, reivindicando a ampliação do Fórum ou compra de novo prédio na Comarca de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr.

Presidente do Banco do Estado do Paraná, reivindicando a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Porto Rico. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fuad Nacli, e Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão constituída de Deputados e Funcionários para representar esta Casa no "I Encontro Paranaense de Suinocultura" (que será realizado nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Finanças, pedido de informações referentes à aplicação do ICM. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos diretores e funcionários da TV Cultura Canal 8, da cidade de Maringá, que no último dia 30, lançou oficialmente sua programação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações à direção do Banco do Estado do Paraná, pela instalação de uma agência em Morretes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio e Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, encarecendo seja estabelecida a Junta Administrativa do IBC, eleita por voto direto dos cafeicultores. — **Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, para que este Deputado possa se orientar, gostaria que a Presidência informasse se este requerimento foi submetido à consideração da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à competência deste Poder para dirigir-se à Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência responde que o ofício se refere a mera solicitação, que o órgão solicitado poderá atender ou não. Independe de encaminhamento à Comissão competente para verificar se é oportuno ou não.

O SR. IVO THOMAZONI — Pediria a V. Exa. se possível que determinasse a leitura do mesmo.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do mesmo. — (É lido).

Continua em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Se este Deputado entendeu, praticamente se poderia substituir a palavra solicitação por sugestão. Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. requer que se substitua a palavra?

O SR. IVO THOMAZONI — Não requeiro. Sugiro.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência indefere seu pedido, uma vez que as palavras são, na opinião da Presidência, sinônimas. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluído no itinerário da Empresa Princesa dos Campos, a cidade de Porto Amazonas. — **Em discussão.**

O SR. ALFREDO GULIN — Para discutir, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que seja estudada a possibilidade de exigir, por ocasião da concessão nas variadas faixas de financiamentos bancários, uma Certidão Negativa de Débitos Municipais da jurisdição da agência. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja construído com a máxima urgência, o novo prédio do Colégio Brasília Itiberê, em Maringá. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Requerimento solicitando constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o setor educacional do Estado. De acordo com o artigo 19 da Constituição Estadual, os requisitos indispensáveis estão preenchidos, quais sejam, tem mais de 1/3 de assinaturas, ou seja, mais de 18 assinaturas, constando 24 assinaturas no requerimento.

O fato determinado existe, que é a educação e pelo prazo certo de 4 meses, observado portanto o disposto no artigo 16, parágrafo único número 1, que diz “Na Constituição das Comissões assegurar-se-á tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos políticos.”

Como o requerimento solicita que a dita Comissão tenha 7 membros, esta Presidência solicita aos Srs. Líder do MDB e da ARENA que indiquem respectivamente 3 e 4 membros para a referida Comissão ter condições de se instalar, uma vez que criada já está.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do “Dia do Médico Veterinário”, bem como seja oficiado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado, cumprimentando pela eleição da nova diretoria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado para que, através da Secretaria de Segurança Pública, seja designado um Delegado Especial para presidir o inquérito a ser instaurado para apurar responsabilidades na tentativa de homicídio, por parte de soldado da Polícia Militar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL o protesto pelo desinteresse aos seus serviços de sua responsabilidade, no sentido de que haja melhor atenção no fornecimento de energia ao município de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento enviado à Comissão de Constituição e Justiça, cujo Presidente Accioly Neto encaminha a esta Presidência.

O SR. BASILIO ZANUSSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, desejando conhecer a proposição que está em apreciação, solicitará a V. Exa. que determinasse a leitura da mesma, para conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá à leitura da proposição.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lendo):

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ofício nº 95/75.

Curitiba, 04 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que esta Comissão, atendendo ao despacho exarado pela Mesa na PROPOSIÇÃO Nº 150/75, em anexo, dediciu, em reunião realizada no dia três do corrente, que não há nenhum inconveniente na apreciação da matéria no Plenário, pois a solicitação formulada no requerimento de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, con-

soante a decisão, constitui mero pedido, e além disso, nos termos do Art. 176, e seu parágrafo único, do Decreto Lei nº 200, de 15 de fevereiro de 1967, “ressalvados os assuntos de caráter sigiloso, os órgãos de serviço público estão obrigados a responder às consultas feitas por qualquer cidadão, desde que relacionados com seus legítimos interesses e pertinentes... Os Chefes de serviços e os servidores serão solidariamente responsáveis pela efetivação de respostas em tempo oportuno”.

Ao ensio, renovo a V. Exa. meus protestos de estima e consideração.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

REQUERIMENTO PROPOSIÇÃO Nº 150/75.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja enviado ofício ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, solicitando que enviem a esta Assembléia as razões técnicas da escolha do Estado do Rio Grande do Sul, para sediar o 3.º Polo Petroquímico do País.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO”.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. — **Em votação.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, quero fazer minha declaração de voto, porquanto esse requerimento já foi objeto de discussão da CCJ, da qual este Deputado faz parte. (Lendo):

“Inicialmente desejo me congratular com o eminente Deputado Gabriel Sampaio pela feliz iniciativa. Estereotipa esta proposição, de forma clara e expressa, o entendimento de autonomia e legitimidade de poder que esta Casa tem, como força de povo, para buscar satisfação de atos de governo.

Na realidade, este requerimento, não falará por um eminente Deputado arenista, mas por todo o Poder Legislativo deste Estado, traduzindo não apenas a expectativa de um governo, mas das várias unidades federadas que conosco competiam para sediar o III Polo Petroquímico.

Por outro lado, não se entenda que esta proposição seja o fruto do inconformismo por não termos ganho a disputa. Não, representa ela um direito legítimo e autêntico dos paranaenses, é o direito nascido desde o instante em que nos habilitamos, com seriedade e com a mobilização de ponderáveis setores governamentais deste Estado, gastando tempo e dinheiro para concretizar um projeto técnico dos mais aperfeiçoados. Direito imanente a quem participou de uma disputa em que se afirmava valerem CRITÉRIOS e PRINCÍPIOS de administração, tão explicitados por orientarem até o II PND.

O Paraná tem direito a explicações.

O Brasil tem que ser devidamente esclarecido.

O Governo Geisel, está na obrigação do esclarecimento, se continuam a vigir, ainda, os critérios orientadores do II PND, eis que neles se estribam todas as administrações estaduais e em seus diversos planos toda a Nação. Ora, se houve um remanejamento de planos, se um novo planejamento foi adotado, então que se mostrem à Nação quais os novos caminhos a seguir, quais as novas metas serem buscadas.

Ao votar favoravelmente ao requerimento na CCJ, não conseguir melindres ou suscetibilidade feridas, pois a resolução do Conselho de Desenvolvimento Econômico foi essencialmente um ato de governo, vale dizer, sob o ponto de vista do direito administrativo, sujeito aos princípios e regras orientadores de uma decisão pública e como tal, passível de análise e justificação pelo próprio interesse público, que veta atos discricionários.

Portanto, se temos direito a explicações, em contrapartida existe a obrigação dos poderes responsáveis em nos prestarem as mesmas. A todo direito corresponde uma obrigação e este é o objetivo do requerimento, estribado no art. 176, do Decreto 200 de 25 de fevereiro de 1967.

Aliás, se a resposta não vier, que retire o Governo do Estado do Paraná em especial o ilustre Governador, mais um exemplo das maciças manifestações de esquecimento por parte do poder central. Servirá, como exemplo irônico é verdade, mas servirá o presente episódio para que o governo estadual — que defende o famigerado comando político, entenda como existe inversão de valores ao se sobrepor as razões políticas, neste Estado, ainda abusivamente praticadas. Para falar numa linguagem caseira, bastaria dizer que perdemos o Polo Petroquímico porque o Paraná não tem comando político, no atual Governo Federal.

Para finalizar a aduzir razões do meu voto favorável, quero lembrar que se institui lei de âmbito federal para fiscalizar todos os órgãos de governo, inclusive as sociedades de economia mista, e, quem tem maior interesse em fiscalização por imperiosa exigência de moral administrativa, quem senão o povo brasileiro, o qual, apenas por seus representantes, ainda tem a faculdade de tentar fiscalização. Ser contrário ao presente pedido, data vênua, é ser subserviente e trair até a confiança dos milhões de paranaenses, que aqui nos mandaram para que por eles falar e advogar seus interesses. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para ser respeitoso por uma norma que a Presidência deste Poder tem feito valer nesta Casa e neste Plenário, e tão somente para significar que nunca pretendemos estravar competência, é que esse requerimento foi encaminhado à douta Comissão de Constituição e Justiça para dizer se hierarquicamente este Poder tinha condições de interpelar um organismo da administração federal que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico do país.

Todos nós, Sr. Presidente, alinhamos entre aqueles que ententem não ter sido, nos últimos anos, o Governo Central justo para com este Estado que contribui para o desenvolvimento da Nação de uma forma extraordinária.

Votaremos favoravelmente com o requerimento do Sr. Presidente. Antes porém queremos significar a preocupação de que o Conselho de Desenvolvimento Econômico poderá arguir, talvez, a incompetência deste Poder de questioná-lo e não responder o requerimento.

Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que além da aprovação do requerimento pura e simplesmente, dever-se-ia encaminhar cópias do mesmo para os membros das bancadas na Câmara Federal e no Senado para que então sim, a nível hierárquico, possam nossos representantes naquelas Casas Legislativas, interpelar o Conselho de Desenvolvimento Econômico, sem prejuízo da tramitação deste.

Que se tenha a preocupação de evitar que haja a negativa de responder a solicitação por considerar que, talvez, este Poder hierarquicamente não pode interpelar um organismo federal. Por este motivo seria interessante que se dê conhecimento do teor do requerimento aos membros da Arena e do MDB na Câmara e no Senado para que eles corroborem a iniciativa valiosa de V. Exa. no sentido de que tenhamos nós paranaenses a satisfação de conhecer as determinantes que favoreceram o Estado mais meridional deste país a obter o terceiro polo petroquímico com a inversão de um capital que haverá, natural e forçosamente, de dar um impulso de desenvolvimento àquele Estado, invejado por nós. Sabemos que o nosso projeto tinha as condições técnicas melhores, mas infelizmente, não pudemos emocionalmente decidir em favor deste Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — Aprovado. — In-

clua-se de cópias às bancadas do Paraná na Câmara e no Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/71.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 59/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 473/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7786/75, de 7 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

lotar, SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL "17", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Finanças.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 474/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 233/75, de 05 de maio de 1975, na parte a que se refere a funcionária LINDAMIR DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "21", de Oficial de Serviços gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 475/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar, a Portaria nº 57/75, de 12 de março de 1975, na parte a que se refere a MANRIQUE GANDARA FILHO, ocupante do cargo de nível PL "30", de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1º de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA Z. DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 476/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8443, de 26 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria

nº 173/75, a OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "26", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 477/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7659, de 5 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, CONRADO SCHNEIDER, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA" junto ao Gabinete do Deputado JORGE SATO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 480/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8562/75, de 28 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, às funcionárias JOANA DE LIMA, Auxiliar de Plenário e Conservação, PL 14, AURORA RIBEIRO GONÇALVES, Auxiliar de Plenário e Conservação PL 14, MARIA LIDIA RATZK, Oficial de Serviços Gerais, PL 20, e MARIA DE LOURDES SANTOS, Auxiliar de Plenário e Conservação PL 15, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA Z. DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 479/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXX, do Art. 39, do Decreto Legislativo nº 573/67, de 29 de novembro 1967,

RESOLVE:

designar os funcionários DARIO FORTUNATO DARIF, ALFREDO PRESTA e ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, para, sob a presidência do primeiro constituírem comissão de Sindicância com a finalidade de apurar irregularidades cometidas pela funcionária BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS, ocupante do cargo de nível PL 17, da Série de Classes de Escriuraria, do Grupo Ocupacional Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 481/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8412, de 25 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a LUIZ DOUGLAS FERREIRA, ocupante do cargo

de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 475/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar, a Portaria de nº 57/75, de 12 de março de 1975, na parte a que se refere a MANRIQUE GANDARA FILHO, ocupante do cargo de nível PL 30, de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de setembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 482/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8491, de 27 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRANDO AMARAL, Oficial Legislativo, nível PL 23, MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, Secretário de Comissão, OCIREMA STAMM BELLE, Taquígrafa, PL 26, SOLON FONTOURA RODRIGUES, Redator PL 26, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 483/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7663/75, de 5 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, NELITA RIBEIRO DOS SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de nível PL 22, de Oficial Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado WERNER WANDERER, a partir de 14 de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de setembro de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 484/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

lotar, LAURO ALCÂNTARA MARTINS, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL 23, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, no Serviço de Biblioteca, a partir de 1º de setembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral